

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO DA FILOSOFIA NO BRASIL: PROBLEMATIZAÇÕES E PAUTAS PARA O GOVERNO LULA

O presente relatório diagnóstico foi escrito por diferentes professoras e professores de Filosofia, de distintos vínculos institucionais, em uma ação coletiva de pautar e problematizar a situação da disciplina e da área de Filosofia nos diversos níveis de ensino e junto à CAPES. Embora tenham a pretensão de representar, em grande medida, a perspectiva de filósofas e filósofos que atuam como docentes e pesquisadoras/es em nosso país, as seções que compõem o relatório em questão são assinadas por seus autores e autoras – os quais se responsabilizam pelas ideias e posições aqui compartilhadas. Uma vez que teve origem no âmbito da Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas no Currículo da Educação Básica (CNDCH), o relatório prioriza pautas e debates relacionados ao Ensino de Filosofia.

O diagnóstico supra referido é aberto com um texto – escrito em nome da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e assinado por Agnaldo Cuoco Portugal – cujo objetivo é oferecer um panorama geral de problemas vivenciados hoje, no Brasil, e para os quais a Filosofia tem muito a contribuir. As demais seções, por sua vez, pretendem tratar de modo mais específico da situação da disciplina e da área de Filosofia nos diferentes níveis de ensino, oferecendo fundamentação ao debate.

Do diagnóstico dos professores e professoras que assinam o documento, depreendem-se as seguintes pautas de filósofos e filósofas para o governo Lula:

- ✓ A revogação da Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, com a retomada do processo de construção coletiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reinserção da Filosofia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio;
- ✓ A inserção da Filosofia como componente curricular no Ensino Fundamental;
- ✓ A revogação da Resolução CNE 02 de 20 de dezembro de 2019 e da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) por ela instituída, retomando-se os principais pilares do documento das diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial de

professores para a Educação Básica vigente até 2019 e que fora amplamente discutido por pesquisadores e pesquisadoras da área;

- ✓ A abertura de novos cursos de Licenciatura em Filosofia em localidades ainda não atendidas e investimento na qualificação docente;
- ✓ O reconhecimento e valorização das especificidades das pesquisas em/sobre ensino e, especificamente, da subárea de pesquisa Ensino de Filosofia;
- ✓ A retomada dos investimentos na Educação, incluindo a recuperação: dos orçamentos da CAPES e do CNPq; do fomento de programas de pesquisa, para/em todos os níveis de ensino; das verbas destinadas a universidades e estruturas de pesquisa; do fomento de programas da CAPES de aperfeiçoamento e valorização da formação de professores e professoras para a Educação Básica;
- ✓ Expansão do número de universidades e de vagas oferecidas por meio de políticas públicas federais que incentivam a reestruturação e expansão das universidades federais, assim como buscam ampliar o acesso e a permanência na educação superior;
- ✓ Equiparação salarial do quadro docente (e especialmente de professores e professoras da Educação Básica) com relação às demais carreiras públicas e implementação de um plano de carreira mais atrativo para o magistério;
- ✓ Abertura de concursos públicos para professores e professoras em todo o País.

São Paulo, 22 de novembro de 2022.



Profa. Dra. Patrícia Del Nero Velasco (UFABC)

Comitê Diretivo da CNDCH
Secretária Geral da ANPOF (2021-2022)
Coordenadora do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar (2022-2024)

Sumário

Alguns Problemas Fundamentais do Brasil Hoje e a Filosofia por Agnaldo Cuoco Portugal (UnB/ANPOF).....	04
Filosofia como Componente Curricular no Ensino Fundamental: aprendizados e desafios a partir da experiência de mais de 20 anos em Porto Alegre por André Pares, Marco Mello, Roberto Carlos Garcia (RME/POA).....	09
A BNCC e a BNC-Formação na perspectiva da Filosofia por Patrícia Del Nero Velasco (UFABC/ANPOF).....	25
Sem filosofia não tem base – Carta do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar sobre a BNCC por GT Filosofar e Ensinar a Filosofar (ANPOF).....	33
Comparativo de carga horária/presença da Filosofia pré e pós BNCC por Christian Lindberg Lopes do Nascimento (UFS).....	44
Alguns artigos sobre a Filosofia e a BNCC/Reforma do Ensino Médio por Jéssica Erd (UFSM).....	48
Alguns debates sobre a BNCC e o Novo Ensino Médio em eventos de Filosofia por Marcelo Guimarães (UNIRIO) e Christian Lindberg Lopes do Nascimento (UFS).....	50
O Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa por Patrícia Del Nero Velasco (UFABC/ANPOF).....	54
Sinalizações da Área de Filosofia da CAPES para o novo governo por Nythamar de Oliveira (PUC-RS/CNPq).....	59
Anexo	61



Alguns Problemas Fundamentais do Brasil Hoje e a Filosofia

Agnaldo Cuoco Portugal

(UnB/ANPOF¹)

Apesar de aparentemente ter pouca influência no mundo, porque parece não produzir riqueza nem contar para o poder político, a área de Filosofia foi objeto nos últimos anos de atenção negativamente especial dos governos Temer e Bolsonaro. Em 2017, a disciplina deixou de ser obrigatória no nível secundário, com a criação do chamado Novo Ensino Médio. A partir de 2018, embora seja uma graduação que demanda pouco investimento e que tem poucos cursos em funcionamento no Brasil, o ensino superior em Filosofia foi objeto de críticas do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub e do próprio Presidente Jair Bolsonaro, que chegaram a defender que não se gastasse dinheiro público com isso. Se a Filosofia é assim tão pouco importante e se a economia com o fechamento de seus cursos em instituições públicas seria irrisória, por que ela recebeu essa atenção toda?

Na verdade, é simplesmente ignorância pensar que a Filosofia não tem importância política e econômica. Para citar dois exemplos recentes apenas, as grandes ideias que fundamentam o Estado moderno, a democracia, os direitos humanos, entre outros temas políticos centrais de hoje, tanto de esquerda quanto de direita, tiveram origem e desenvolvimento na Filosofia. Os conhecimentos produzidos na Lógica desde o século XIX sobre o raciocínio formal e na Metafísica e Epistemologia contemporâneas acerca da possibilidade de máquinas pensarem deram enormes contribuições para os saltos econômicos que o mundo tem assistido com a computação e a inteligência artificial. Isso sem contar outros significativos papéis que ela desempenha na formação de pessoas e na produção de saber.

Os quatro anos de Jair Bolsonaro na Presidência da República e o traumático processo eleitoral de outubro de 2022 mostraram vários problemas a serem enfrentados não só pelo novo governo, mas por toda a sociedade brasileira nos próximos anos. Pelo menos três questões fundamentais podem contar com uma significativa colaboração da

¹ Membro do Conselho Diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Filosofia da Religião – ABFR.

Filosofia para o seu enfrentamento: a falta de senso crítico na recepção e disseminação de notícias falsas; a desvalorização do conhecimento científico e do estudo em geral; o oportunismo no uso da religião para fins eleitorais.

A aceitação e divulgação de inverdades por meio das mídias sociais foram um problema seríssimo neste processo eleitoral e representam uma grande ameaça à democracia brasileira. Sem dúvida, esse é um problema complexo, que envolve vários fatores. Mas um elemento central é a falta daquilo que no meio filosófico se chama de “atitude crítica”. Trata-se da habilidade de, por um lado, colocar em questão ideias que nos são apresentadas, de perguntar pelo sentido delas, pela sua veracidade, pelas suas consequências éticas e, por outro lado, de buscar uma compreensão mais profunda disso que foi questionado. A atitude crítica é uma disposição que o estudo da Filosofia tem enorme potencial de desenvolver nos cidadãos brasileiros, pois ela é parte essencial de seu método de trabalho como área de conhecimento. Estudantes de Filosofia são incentivados a perguntar por quê, a investigar se há mesmo boas razões para a ideia que é colocada e a buscar ideias e argumentos no sentido de pensar melhor aquilo que foi questionado. O desenvolvimento desse tipo de atitude pode ser um grande antídoto contra o veneno das *fake news* que pode matar nossa democracia.

A pandemia de Covid-19 despertou de forma especial na sociedade brasileira o debate acerca da importância e confiabilidade do conhecimento científico. A necessidade não apenas de compreender a doença, mas também de enfrentá-la tornou populares questões tratadas pela filosofia da ciência, como: qual a diferença entre saber e mera opinião? O que distingue ciência de pseudociência? Quais são os tipos de ciência e o que as diferencia? Por que confiar no que afirmam os cientistas em seus campos de estudo? Quais os limites desse saber? Em que ele pode falhar? Não são os próprios cientistas que sabem responder essas perguntas, mas a comunidade filosófica, pois eles estão ocupados em exercer essa atividade e nem sempre podem se dedicar a entender fundamentalmente o que ela significa. Por outro lado, a falta de prioridade que recebeu a pesquisa científica nos últimos anos é parte de um problema maior de desconsideração pelo estudo, de desprezo pela busca de saber fundamentado e profundo, um tipo de irracionalismo que vem sendo disseminado nos últimos anos. Além de absurdo (porque é uma ideia que nega a si mesma), esse anti-intelectualismo nos condena ao atraso e é um convite perigoso à

violência. Se há algo no qual concordam as tradições filosóficas é quanto à importância do estudo, da busca do saber, e essa é mais uma contribuição que a Filosofia pode dar ao Brasil hoje.

Outro problema preocupante que vem se mostrando entre nós hoje é o uso da religião para fins eleitoreiros. A relação entre religião e política é complexa e não há como aprofundar aqui esse assunto. No entanto, dois aspectos merecem ser ressaltados e para os quais a reflexão filosófica pode ser relevante no seu enfrentamento. Em primeiro lugar, pode-se notar, por um lado, um pressuposto de opor religião à razão, como se aderir a uma crença religiosa ou a uma igreja fosse uma alternativa às elites acadêmico-científicas. Por outro lado, a rejeição à religião como parte do irracionalismo mencionado no parágrafo anterior é uma tese a que parece aderir uma parcela da comunidade que se dedica à educação superior e à ciência no Brasil. Em segundo lugar, há o oportunismo político de se aproveitar da forte coesão de certos grupos religiosos cristãos para arrebatar seus votos mais facilmente, apelando para medo, ódio e ressentimento (atitudes normalmente incoerentes com as principais religiões) contra o “perigo do ateísmo”. Em suma, tem-se no fundo desse processo a imagem falsa, facilmente aproveitável para fins eleitorais, de uma cisão entre a massa popular religiosa e uma elite cultural atea. A reflexão filosófica sobre a religião tem certamente vários elementos de questionamento à atividade religiosa, mas ela não se restringe a isso e certamente pode ajudar o religioso (e o ateu) a fazerem melhor o que fazem. Além disso, a filosofia da religião tem muito a contribuir com o estabelecimento de pontes entre elites e cidadãos em geral ao mostrar, por exemplo, que a ideia de conflito entre religião e ciência cobre, no máximo, apenas uma pequena parte das interações conceitualmente possíveis e historicamente dadas entre as duas. Ela pode ainda contribuir com as comunidades religiosas no sentido de ajudar a pensar que o papel da religião na política deve ser antes de contribuição para a crítica de valores fundamentais e não de busca pelo poder no Estado, para o bem da democracia e das próprias comunidades religiosas.

Algumas Propostas Concretas

A Filosofia tem grande potencial de ajudar a resolver esses três problemas fundamentais apontados acima, seja por meio de sua inserção na Educação Básica, seja como curso de graduação.

Quanto à inserção na Educação Básica, duas propostas são pertinentes. Caso não seja possível a revogação do Novo Ensino Médio e o desejado retorno da obrigatoriedade da Filosofia como componente curricular na formação geral básica da BNCC, uma possível ideia é incluir obrigatoriamente disciplinas filosóficas correspondentes a cada um dos itinerários formativos. Assim, o estudo de filosofia das ciências naturais no itinerário de ciências e suas tecnologias, filosofia da matemática no de matemática e suas tecnologias, filosofia da linguagem no de linguagens e suas tecnologias, e de ética no de formação técnica e profissional (além do próprio conteúdo de Filosofia em ciências humanas e aplicadas) seriam um modo de oferecer a estudantes dessa fase da escolaridade a oportunidade de refletir criticamente sobre a área de estudos escolhida. Em segundo lugar, proponho o estudo de filosofia da religião, especialmente os temas da relação entre religião e ciência e religião e política, como obrigatórios no ensino religioso nas escolas.

No que diz respeito ao ensino superior, a proposta é incentivar a abertura e ampliação de graduações em Filosofia. Além da possibilidade de lidar com os problemas fundamentais indicados acima, trata-se de um curso cujo potencial ainda não foi devidamente explorado no Brasil. A formação em Filosofia é adequada a um mundo do trabalho em constante transformação. O progresso das tecnologias de informação e inteligência artificial têm colocado em risco várias profissões. A substituição de trabalho humano por máquinas é uma realidade que acompanha o mundo desde a Revolução Industrial e parece ser um processo que envolve cada vez mais campos de atuação. Desafios modernos do trabalho demandam cada vez mais pessoas capazes de lidar com novas tarefas e de contribuir com inovações. Uma formação em Filosofia pode dar essa preparação para estudar o novo e “pensar grande”. Ao aprender a fazer questões e buscar obter respostas sobre assuntos fundamentais no modo indicado acima, quem estuda Filosofia se capacita a ampliar seus horizontes com novos conteúdos e aperfeiçoá-los por meio daquela capacidade crítica. Um graduado em Filosofia tem o hábito de ler e interpretar textos de grande complexidade, de ponderar os diferentes lados em um debate

sobre um tópico, de pôr em questão uma ideia tida como óbvia, de argumentar em favor de uma tese. Trata-se de habilidades cada vez mais valorizadas no mundo do trabalho. Tanto o setor público quanto o privado tendem a se beneficiar grandemente com um colaborador com um perfil proporcionado pela formação filosófica.

Trata-se de uma área de baixo custo de implantação e mais acessível a populações de baixa renda. Diferentemente de cursos que exigem a compra de equipamentos caros ou a implantação de laboratórios que demandam grande investimento, a implantação de uma área de estudos e formação em Filosofia tem custos relativamente mais baixos, restringindo-se praticamente à contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, salas de trabalho e de aulas, material básico de informática e biblioteca. Por outro lado, sabemos que uma das faces da desigualdade em nosso país é o acesso às melhores universidades brasileiras, que são gratuitas e mantidas pelo Estado, o que é mais fácil aos estudantes de melhor condição econômica, que estudaram em escolas pagas. Mesmo com um sistema de cotas para egressos de escolas públicas, a maioria das vagas dos cursos mais concorridos nas universidades públicas acabam sendo ocupadas pelos alunos mais abastados. Um curso de graduação em Filosofia ainda é pouco concorrido, pois o potencial de atendimento ao mercado de trabalho ainda é visto como pequeno (a despeito das considerações feitas no parágrafo anterior). Assim, um curso de Filosofia seria mais acessível a populações de baixa renda do que cursos tidos atualmente como mais disputados nos processos de seleção. Essa menor concorrência daria mais oportunidade de acesso aos estudantes com menos condição econômica e, além disso, lhes daria uma formação com grande potencial de capacitação, conforme indicamos. Desse modo, a criação e ampliação de novos cursos de graduação em Filosofia, ao contrário do que afirmaram o ex-Ministro da Educação e o atual Presidente da República, podem ser um excelente investimento público.

Brasília, 20 de novembro de 2022.



Filosofia como Componente Curricular no Ensino Fundamental: aprendizados e desafios a partir da experiência de mais de 20 anos em Porto Alegre

por André Pares, Marco Mello, Roberto Carlos Garcia
(Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre)

A experiência de Porto Alegre, pelo caráter progressista na base da proposição da oferta de Filosofia nos últimos anos da Educação Fundamental e sua longevidade de mais de duas décadas, é emblemática para um balanço da virtude e dos limites das políticas locais, em se tratando de redes públicas. Por isso, incluímos uma seção com um estudo de caso, a partir da contribuição de André Pares, Marco Mello e Roberto Carlos Garcia, professores da Rede Municipal da capital gaúcha que em texto de caráter descritivo-analítico, evidenciam o sucesso da conquista da filosofia como componente curricular no Ensino Fundamental (em igualdade de condições com demais componentes), as tentativas de desmonte da experiência por parte de gestores alinhados ao gerencialismo educacional, bem como a extraordinária resistência do professorado através de suas associações e sindicatos, granjeando amplo apoio das comunidades locais, estudantes, imprensa, academia e comunidade filosófica.

9

Ao final, os autores indicam recomendações para além da conjuntura específica da realidade vivida, destacando o papel do Ministério da Educação e da importância de políticas educacionais progressistas, com sua força de emulação para fazer frente aos ataques insidiosos de grupos associados ao proselitismo religioso fundamentalista, privatistas neoliberais e tecnocratas conservadores. Como evidenciam os autores a aprovação da fatídica Reforma do Ensino Médio, em 2017, dez anos depois das lutas pela obrigatoriedade da Filosofia sofreu um revés, gerando um efeito dominó ao influenciar e ao mesmo tempo legitimar as redes municipais de educação do país à redução da presença da área de Humanas nas bases curriculares.

1. Educação Básica e Filosofia - Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

1.1. Gênese do projeto por Ciclos de Formação

O processo de implantação dos Ciclos de Formação como expressão maior da Proposta Político Pedagógica da Escola Cidadã se deu em meados da segunda metade da década de 1990, na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME), no contexto das ações da Administração Popular, denominação da frente de esquerda sob a condução do Partido dos Trabalhadores que governou a cidade por 16 anos. De forma processual, a organização curricular por Ciclos, na qual se inseriu a disciplina de Filosofia, primeiro ocorreu em uma escola-piloto (1995), após em três escolas recém-criadas (1996), e depois foi se alargando por demais escolas (1997-2000), conforme suas condições de adesão. Considera-se que a Filosofia, como componente curricular, teve início no currículo das escolas municipais, nesse processo, a partir de 1995 e até o ano de 2000 estava presente em todas as escolas da RME.

1.2. Contexto geral e transformações ocorridas

A Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, segundo dados do Censo Escolar 2021, tem 98 escolas próprias, 42 de Educação Infantil (Escolas Infantis e Jardins de Praça), 55 de Ensino Fundamental (2 exclusivamente de Educação de Jovens e Adultos, 1 de Educação Básica) e uma de Ensino Médio, perfazendo 41.100 matrículas e dentre essas 35.235 no Ensino Fundamental diurno, onde é ministrada, nos anos finais a disciplina de Filosofia. São 4.235 educadores, considerando monitores, gestores e professores.

Gestões que se sucederam ao período das Administrações Populares (1989-2004) tentaram desidratar a organização curricular existente. Houveram duas gestões sob o comando de peemedebistas e petistas (2005-2016), nas quais foi possível, apesar das tentativas, a manutenção da proposta nas escolas. A Gestão que se sucedeu, de Nelson Marchezan Jr, do PSDB (2017-2020) e a que atualmente governa a cidade, de Sebastião Melo (MDB), iniciaram uma operação de desmonte de grande porte, aproveitando o avanço do neofascismo, impondo mudanças no Plano de Carreira do Magistério, atrasos, parcelamento e congelamento dos salários, precarização das condições de trabalho,

privatizações, terceirizações e desconstituição de espaços de cogestão. Na Educação, desde 2021, uma forte pressão vinda de gestora, vinculado ao gerencialismo educacional e ao *Movimento Todos pela Educação* golpeou a RME com a imposição de uma reforma curricular que, entre outras grandes mudanças, reduz a carga horária semanal e subordina explícita e formalmente a Filosofia ao Ensino Religioso na base curricular.

1.3. A Filosofia como componente curricular

A disciplina de Filosofia foi ministrada até 2021 nos três últimos anos do Ensino Fundamental: 7o., 8o. e 9o, em Porto Alegre. Embora os Anos Finais sejam os últimos quatro: 6o, 7o., 8o. e 9o, que são nos quais a docência de referência fica para trás e as e os estudantes passam a ter professoras e professores especializadas/os nas disciplinas. Na Rede Municipal de Porto Alegre a organização se dava em função do projeto de Ciclos, pressupondo um trabalho de planejamento coletivo e interdisciplinar estendido ao longo de um tempo mais largo, estruturas de apoio para sanear dificuldades dos estudantes, concepção de avaliação emancipatória, e tempos e processos distintos de relações e aprendizagens da organização curricular das escolas tradicionalmente seriadas. Em suma, o EF era dividido em três ciclos: A, B e C, com três anos dentro de cada ciclo.

Em termos de tempo de aula para cada componente curricular, as escolas foram organizadas na base de blocos, que era metade do turno, com paridade entre todas as disciplinas ofertadas. A filosofia aí, tinha um bloco semanal (em média, um tempo de duas horas), privilegiando o trabalho pedagógico projetado por Ciclos, baseado em trabalho em projetos e temáticas significativas oriundas de uma pesquisa e leitura coletiva desde o contexto local.

Em se tratando de conteúdo, o modelo pedagógico dava o tom. No livro “Fica Filosofia”, trecho de entrevista do prof. Silvio Rocha, um dos principais responsáveis pela implantação dos Ciclos e da filosofia como disciplina na RME, contextualiza a inserção desse componente, no período de redemocratização do Brasil, com o fim da Ditadura Militar, nos anos 80 e 90, nos quais se (re) concebia uma Gestão Democrática na educação: “(...) foi importante a interlocução com ideias e textos de M. Lipman, Lucien Goldman, M. Chauí, Paulo Freire, Silvio Wonsovicz, dentre outros, o que desencadeou a

expectativa de que seria sim possível emergir um raciocínio filosófico das crianças e jovens, na faixa etária do E. Fundamental, já que estas questões povoam seu cotidiano e eles estão passando por período de vida no qual existe uma grande curiosidade intelectual". (Pg. 15)

Assim, o conteúdo programático era embalado pelas características de projeto, como segue explicado Sílvia Rocha: "Para a escola, a filosofia [como componente curricular] contribuiria numa postura de escuta, diálogo, respeito às diferenças: uma atitude reflexiva e investigativa diante do mundo, ajudando na capacidade de pensar por si mesmo, de exercer a liberdade crítica, de compreender o sentido de seu 'estar' no mundo, compreender o outro e de agir com consciência" [...] "a introdução da filosofia no Ensino Fundamental, nas escolas municipais [de P. Alegre/RS], estava compondo um conjunto de estratégias do pensamento progressista [...] romper com a cultura da escola seriada, reorganizar os tempos escolares, transformar as práticas pedagógicas, propor novas formas de agrupamentos de estudantes, mudar o processo de avaliação, organizar uma base curricular mais interdisciplinar e passível de adaptação aos diferentes ritmos, fases e aprendizagem no processo de desenvolvimento humano das e dos estudantes".

1.4. Vínculo funcional

O alijamento progressivo do componente curricular teve uma política deliberada de esvaziamento após a experiências de duas gestões trabalhistas que sucederam os quatro mandatos consecutivos da Frente Popular no governo da cidade. Há dez anos, em 2013, foi realizado o último concurso público, com pouquíssimos chamados. Desde 2019, inaugurado em governo psdbista, o expediente de realização de contratos temporários para docentes também não inclui em nenhum dos editais a abertura de vagas para docência em Filosofia.

Esse fenômeno é atestado por levantamento da área técnica da própria SMED que, em meados de 2021, informou a existência de apenas 27 professores concursados em Filosofia na Rede - e nem todos lotados em sala de aula - o que gera um efeito deletério de descaracterização da especificidade do campo, já que colegas sem habilitação para a

licenciatura na disciplina são deslocados de sua área de atuação para lecionarem Filosofia. Na Rede Municipal de Educação são atualmente 52 as escolas de Ensino Fundamental.

O cenário é, portanto, desolador também nesse quesito. Faltam profissionais formados, há grande número de aposentadorias em curso, não é realizado nem concurso, nem contrato específico. Recentemente a Câmara Municipal de Vereadores aprovou a realização de 850 contratos para docentes - nenhuma vaga para Filosofia - , o que faz que o cenário ainda fique pior, com profissionais temporários com a média de um ano de contrato assumindo a disciplina e depois sendo desligados sumariamente.

1.5. Política de Formação

Com as progressivas mudanças de gestão, sobretudo no período do último quinquênio, de 2017 até o momento, houve um completo abandono por parte da SMED da política de formação continuada e em serviço, uma tradição na RME de Porto Alegre, com desconstituição progressiva de equipes de assessoria pedagógica, encontros gerais e específicos, substituídos por centralização da relação com gestores das escolas e eventos midiáticos ocasionais, no formato online, marcados por palestras motivacionais e promoção de *coachs* propagando a importância do alinhamento de todas as ações das escolas aos indicadores do IDEB, símbolo da qualidade da educação pretendida.

Para qualquer componente curricular, sobretudo a Filosofia, no nível de Educação Fundamental, onde as experiências são rarefeitas e as referências parcas, encontros sistemáticos entre colegas, relatos de práticas, assessoramento qualificado, publicações etc., são imprescindíveis. Na ausência do poder público têm sido as/os próprias/os trabalhadoras/es em educação, através de suas organizações, como associações e coletivos, como o de Filosofia, que tem buscado suprir parcialmente essa lacuna.

2. Breve histórico (jornalístico) da exclusão da filosofia através da “Proposta Pedagógica” da SMED

2.1. Exclusão intempestiva da filosofia

Assim, mais de 25 anos depois, a filosofia foi retirada com um power point de cinco lâminas emitido pela Secretaria Municipal de Educação (SMED), em agosto de 2021, no primeiro ano do governo de Sebastião Melo (MDB), após um governo de desmanche do PSDB. A Proposta Pedagógica da secretária Janaína Audino propunha retirar da escola a disciplina de Filosofia (entre outras mudanças, também cortar pela metade Ciências, Geografia, História e aumentar horas de Matemática e Português).

O processo que implantou uma transformação substancial do currículo não teve participação de professoras e professores, de estudantes, de famílias, de Conselhos Escolares, nem do Conselho Municipal de Educação foi problemático em forma e conteúdo.

Desta forma, o problema é evidente em se tratando de administração pública em regime democrático: a proposta foi abrupta e unilateral. Surgiu sem contextualização, justificativa, metodologia nem fundamentação teórica, em uma apresentação de PowerPoint de cinco lâminas. Com cronograma exíguo, alijou aqueles implicados diretamente na mudança: a comunidade escolar, que tem num de seus principais direitos exatamente o de uma Educação Pública de qualidade. Excluiu, ainda, os Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação, quem institucionalmente deveria participar de processos de transformação educacional. Em termos de conteúdo, a proposta da SMED expressou complementarmente à intempestividade, a sua inconsistência - justamente - pedagógica. Sem a maquiagem de template eletrônico, ela é, em suma, apenas uma ânsia de mudar a grade curricular, com interesses que não se apresentam como explícitos.

O que se revelou foi a anacrônica operação de um maquinário para redução de direitos. A nova velha ordem econômica que a SMED fez brilhar em redes sociais (apenas), tem consequências nefastas na Educação como Campo Social. Retirar carga horária escolar é mais do que caçar (de novo) matérias “indesejadas” na Educação Básica: é deslegitimar, na base, Campos Sociais de produção de conhecimento. Medo de Filosofia. Ciências. História, Geografia e - mais baixo ainda - do acesso que crianças, adolescentes, jovens e adultos possam ter a esses conteúdos, é acenar, completamente

fora de hora e propósito, para uma sociedade retrógrada, desigual e violenta, que ninguém suporta mais.

O Sistema Municipal de Educação - inclusa a Filosofia como disciplina - é uma conquista histórica da população porto-alegrense. Ao desconfigurá-lo, em plena pandemia de Coronavírus, na qual não se ofereceu nenhum plano de acesso remoto às comunidades e ignorou-se no retorno às aulas presenciais protocolos sanitários sérios nas escolas, a inaptidão demonstrada por essa gestão se transforma em hostilidade às pessoas e desdém ao reconhecido histórico da Educação de Porto Alegre.

2.2 Processo antidemocrático sem diálogo

O processo que instaurou a Reforma Curricular (que, na verdade, é o que faz a “Proposta Pedagógica”) da SMED já começou equivocado. As Equipes Diretivas (que, sempre vale lembrar, são eleitas pelas comunidades escolares em processo democrático) receberam mensagem eletrônica da Secretaria de Educação informando que até o dia 02 de agosto de 2021 deveriam preencher um formulário online, com a indicação de um/a supervisor/a por escola “para participar do grupo de trabalho referente à proposta pedagógica para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino”. Por aí é que se soube, então, que uma mudança pedagógica estaria em curso e que em dois meses estaria concluída, pois uma votação de propostas estava marcada para 04 de outubro. Sendo assim, tratava-se de uma convocação seletiva com o objetivo de construir uma alteração que impactaria a vida escolar de mais de 56 comunidades, milhares de estudantes e seus familiares e mais de 4 mil docentes, isso em, aproximadamente, oito semanas.

Desde então, questionamentos das mais diversas ordens emergiram: como assim, “um/a supervisor/a por escola”?; “Proposta pedagógica para o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, agora, em meio à pandemia, justamente quando estamos em processo de busca ativa dos estudantes e do paulatino retorno presencial das crianças e adolescentes? Tudo isso emaranhado com mudanças de protocolos, envolvidos com a eleição e posse dos Conselhos Escolares, assoberbados com uma escola que precisa ser cuidadosamente acolhida, ouvida, observada, reavaliada e repensada? Realmente este é o

momento adequado para pensar uma proposta de novo currículo para a RME? Que processo é esse? Que aceleração e urgência são essas? Sem resposta nenhuma.”

Piorando a situação, a SMED não se contentou em fazer uma convocação seletiva e propor um prazo ínfimo para uma proposta de tamanha envergadura. Durante as reuniões dos grupos de trabalho, a SMED apresentou um primeiro cenário, composto por uma matriz curricular e uma expressão de resultados. No jogo de cena em que atuava a mantenedora, podíamos assistir a retirada e diminuição de carga horária de disciplinas e a descaracterização de tudo o que foi historicamente construído por essa Rede de Ensino durante anos de acúmulos, debates, lutas e conquistas. Ao afirmar o desejo de “unificar a RME”, a mantenedora aniquilava com a identidade democrática, plural e diversa da mesma. Todos estavam atônitos, ainda que soubéssemos o ensejo de destruição do serviço público no qual estamos atualmente naufragados via governos federal e estadual e municipal.

2.3. Alijamento total de Comunidade Escolar e Conselho Municipal de Educação

Como se não bastasse não escutar professoras e professores da Rede (sendo que isso só se tornou possível através das supervisões, que foram o único ponto de contato do corpo docente com a Secretaria durante este processo), a SMED também fechou os ouvidos e portas às Comunidades Escolares. E, para completar seu show solo, ignorou também o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino, instituído pela Lei Complementar 248, de 1991.

Assim, como se precisasse, tornou-se mais do que evidente o desrespeito ao princípio de gestão democrática e aos objetivos da educação presentes em cada etapa da LDB, das diretrizes nacionais curriculares e do conjunto de normativas do Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre, criado pela Lei Municipal nº 8198/98, ou seja, antes de efetuar açodadamente transformações em currículos, é obrigação democrática da Secretaria Municipal de Educação construir e assegurar condições para garantir o previsto na legislação. Ignorar as normativas do Conselho Municipal de Educação, como fez e segue fazendo, vai no sentido completamente oposto. Não por acaso, a Secretária e seu

Coordenador Pedagógico não responderam o substancial parecer 21/2021 do CME, que expõe toda a ilegalidade de sua “Proposta Pedagógica”. Paralelamente a isso, é essencial reafirmar que em nenhum momento foi assegurada a participação das Comunidades Escolares. Para além da reforma curricular, o governo municipal também não dialogou para saber das reais urgências e necessidades das escolas como: falta de professoras/es, funcionárias/os, monitoras/es, falta do acesso à inclusão digital, atendimento da demanda de segurança alimentar nos territórios e na elaboração de um plano emergencial de recuperação das aprendizagens. Sem falar no total desleixo aos protocolos de segurança sanitária, a falta de gás nas escolas, a ignorância completa da escassez total das comunidades à internet para possibilidade de realização de atividades remotas.

2.4. Rejeição e preocupação

Em tempo, a Rede se organizou e rejeitou. Rejeitou a proposta; rejeitou o cenário; rejeitou o processo, em forma e conteúdo. Viu-se nas manifestações do último dia 15 de outubro, nas ruas de Porto Alegre, em frente à Secretaria de Educação, em frente à Prefeitura, um grande e sonoro “não” à proposta antidemocrática. Se houve um consenso, foi o consenso de que é mais do que necessário pensar e debater uma proposta pedagógica para a RME, mas não desse jeito e não nesse tempo. Para “resgatar a identidade da rede”, como quer tal proposta da SMED, é imprescindível conhecer, ouvir, debater, articular e construir com a Rede e, para isso, outro processo precisaria ser instaurado, qual seja: a convocação do Congresso Municipal de Educação, conforme a lei. Antes disso, especialmente, até para entender que um Congresso não significa “congregar com seus pares”, como a Secretária tem afirmado, ela e seu Coordenador Pedagógico precisam colocar o pé no chão das escolas, o que não se viu até o momento.

Enfim, enquanto servidoras e servidores públicos, comprometidos com a prestação de serviço à sociedade e às comunidades com as quais convivemos em nossa ação profissional, garantindo o direito que elas têm de uma educação pública de qualidade, gratuita, laica, preocupa-nos profundamente encaminhamentos e ações que têm sido adotados por essa atual gestão da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Não é, sobretudo, a falta da verdade que a sociedade merece em processos tão

importantes como esse. Nossa segurança, agora, é a de que contamos com a compreensão e a ação da população para seguirmos executando nosso trabalho com respeito e qualidade, mantendo, sobretudo, a dignidade das comunidades atendidas.

3. Resistência: Fica Filosofia!

O ano de 2021 foi emblemático no país, e pode ser considerado o ponto de virada, com as primeiras mobilizações massivas de rua, ainda sob a pandemia, de contestação do governo na necropolítica (ou Assassino-política) e da barbárie sob a condução de Jair Bolsonaro. Esse fenômeno também se viu em Porto Alegre, com grandes mobilizações que se estenderam por meses a fio, denunciando seu aliado local, à frente da Prefeitura, e suas tentativas de impor mudanças no âmbito da educação.

No livro: *Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre*, lançado no formato de E-book em dezembro de 2021 (<https://bit.ly/3yjn5U3>), e em formato impresso em maio de 2022, sistematizamos e tornamos público os movimentos da extraordinária experiência protagonizada pelos trabalhadores em educação e particularmente pelo Coletivo de Filosofia da RME. A publicação registra as produções de docentes, estudantes e comunidade escolar da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre no ano de 2021 em torno da Campanha “Fica Filosofia!” junto às redes sociais (<https://www.instagram.com/ficafilosofia/>) e espaços públicos, e que visou a manutenção da oferta da disciplina como componente curricular nas Escolas de Ensino Fundamental da capital gaúcha. Dela também fazem parte produções de apoio à Campanha por parte de ativistas e organizações no meio associativo e sindical, intelectuais, à comunidade filosófica e Universidades.

Tivemos fundamental e amplo apoio de nossas parcerias no campo associativo e sindical, além de instituições de Ensino Superior: Associação dos Trabalhadores em Educação do município de Porto Alegre (ATEMPA), Seção Sindical ANDES-UFRGS, Associação dos Licenciados em Filosofia (ALF), Grupo Autônomo de Filosofia (GAF), Escola Livre de Filosofia, Olimpíadas de Filosofia, Depto. de Filosofia (UFRGS), Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), Escuela Internacional de Filosofía Intercultural, Faculdade de Educação (UFRGS), Associação dos Orientadores

Educacionais do Rio Grande do Sul (AOERGS), Associação dos Supervisores de Educação do estado do Rio Grande do Sul (ASSERGS), Supervisores e Coords. Pedagógicos pela Democracia; Coletivo de Professoras/es de História da RME/POA (CPHIS), Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre (AGB), Sindicato dos Municípios (SIMPA), Conselhos Escolares das escolas da RME, além de numerosos colaboradoras/es externos, intelectuais, jornalistas, pesquisadores e ativistas em escala nacional e mesmo internacional. Nas escolas granjeamos de uma cumplicidade que nos emocionou muitas vezes: estudantes de todas as idades e seus familiares, funcionárias e funcionários, professoras e professores (de todas as demais disciplinas), equipes de gestão educacional, comunidades no entorno e entidades locais próximas a nós, foram fundamentais que se juntaram e apoiaram a luta pela permanência da Filosofia como disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre. Nesse sentido, vale a leitura de textos do livro, dos quais foram utilizados trechos aqui neste documento.

4. Desfecho

A Campanha *Fica Filosofia!* foi sem dúvida um sucesso do ponto de vista da organização política, da formulação pedagógica e da estratégia midiática, ganhando corações e mentes e tomando uma dimensão nacional, dado o seu simbolismo como resistência aos ataques à gestão democrática na educação e a liberdade de ensino da extrema-direita e de autoridades governamentais.

Todavia, a sanha golpista da gestora à frente da pasta impôs a mudança pretendida, desconsiderando a escuta e os sólidos argumentos de educadores, pesquisadoras/es, conselheiras/os de direitos, comunidades escolares e estudantes. Para atender aos interesses de parte da base de apoio do governo local, integrante da Bancada da Bíblia, ao final do processo, resolveu subordinar a disciplina de Filosofia a uma disciplina recém incorporada à grade curricular: Ensino Religioso. Fez isso através da nova nomenclatura: Ensino Religioso/Filosofia, e também com o envio de ementa (em nota de rodapé da grade curricular) explicitando os objetivos de aprendizagem que deveriam ser seguidos, como se pode observar:

a) *Ensino Religioso/Filosofia: Cabe ao componente curricular tratar conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida. Desta forma, observa os seguintes objetivos contemplados na BNCC: a) proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e ao pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. SMED. Março de 2022. *(Destaque nosso)*

Em novo documento enviado pela Secretaria da Educação às escolas, datado de 8 de agosto, seis meses após o envio da minuta anteriormente reproduzida - que deixa explícita a plena subordinação formal ao Ensino Religioso e aos objetivos exclusivos na BNCC - é apresentada uma sistematização na forma de tabelas, em 67 páginas sob o título CURRÍCULO PRIORIZADO POR COMPONENTE CURRICULAR (que segue em anexo no fim do relatório) com o seguinte preâmbulo:

O documento abaixo foi construído por meio de uma consulta feita com as escolas da Rede. Nesta oportunidade as habilidades de cada objetivo desconhecimento foram elencadas de acordo com a realidade imposta pela pandemia, sendo elas entendidas como as mínimas a serem alcançadas em cada ano. O currículo foi estruturado a partir das habilidades prioritárias para cada ano de ensino, mas deve ser compreendido de forma cumulativa entendendo que ao final do 9º ano do ensino fundamental todas as habilidades dos anos anteriores tenham sido contempladas. (SIC), p.1.

O citado documento, enviado logo após o recesso de julho, apócrifo, sem autoria na sistematização, explicitação de processo, critérios, método, se não bastasse todo o absurdo falseamento de participação e legitimação dos docentes, deixa muitíssimo explícito, na pg. 51 e 52, os objetivos de aprendizagem do 3o. ao 9o. ano, de um componente que até então não havia sido apresentado tão abertamente desta forma: "Ensino Religioso". O documento NÃO apresenta, de nenhum modo e sem qualquer citação, a Filosofia como componente curricular.

Há, portanto, uma inequívoca orientação e determinação pedagógica por parte da gestão da mantenedora, que reduz a Filosofia a apenas um nome que secunda o Ensino Religioso - que ofertado dentro das 800 horas regulares se constitui uma flagrante ilegalidade ao tornar a frequência obrigatória e não opcional aos familiares e estudantes.

Todavia, desde sempre, educadores reformam as reformas. Seria incorreto afirmar, a despeito dos desmandos da SMED, que não exista mais, na prática educativa nas escolas, aulas e professores de Filosofia. Entre outros fatores porque que a filosofia historicamente num país como o Brasil teima por existir, e sempre se inventa e reinventa, o que exige um esforço para que se mantenha vivo o exercício da filosofia como pensamento concreto (do latim “concreocere”); um pensamento que cresce, abre-se à amplitude de problemáticas e criação de conceitos que buscam refletir e movimentar o pensamento e contribuir com respostas (e estímulos) à condição humana.

No sentido destacado acima, ainda sem o controle absoluto dos gestores, abre-se a possibilidade para uma série de ações, como a disposição ao diálogo criativo, dialético e permanente junto a outros componentes curriculares; o percurso de um trajeto do senso comum à construção de epistemologias, sem subtrair o primeiro, em trocas com diferentes expressões culturais; a aprendizagem com experiências históricas exitosas de políticas públicas em educação de contextos pós períodos extremos (sejam de processo ditatoriais) e de saúde (como processos pandêmicos); a escuta às demandas de sujeitos da educação, crianças e adolescentes, e contribuição com a seleção de suas efetividades a partir de critérios de necessidades individuais e coletivas; a contribuição com a relação entre alfabetização e letramento, buscando aumentar léxicos (inclusive filosóficos); o reconhecimento e a valorização de diferentes tempos e modos de aprender e a pontuação de fronteiras para que não sucumba à lógica neoliberal no campo das políticas públicas em educação.

Dentre toda a luta dessa permanência, há uma tensão nas escolas e distintas formas de reação a essas mudanças que vêm sendo operadas. Algumas escolas conseguiram manter dois períodos semanais, com arranjos internos, outras um período, com professores ora evitando o retalhamento e se adequando às diretrizes da Secretaria com o programa focado no Ensino Religioso, outros, fazendo o registro formal e na prática

mantendo seus programas pré-existentes. Alguns, abertamente rejeitando, tanto formalmente quanto na prática educativa, o atropelamento à laicidade da escola pública, no qual poderia ser destacado o trabalho no componente de Filosofia, no qual um de nós, por exemplo, esteve à frente e foi recentemente publicado na versão física e em E-book (<https://bit.ly/3XemD5E>), com produções da estudantada com ampla repercussão e aceitação (MELLO; RODRIGUES, 2022).

5. Lições aprendidas e algumas recomendações

A experiência de Porto Alegre, que se notabilizou como uma das principais referências além fronteiras como berço do Orçamento Participativo, dos Conselhos de Direitos, da Escola Cidadã, das políticas inclusivas, do Fórum Social Mundial, foi o resultado de uma coalizão de partidos de esquerda que governou por dezesseis anos a cidade. Só possível porque num contexto de revitalização da sociedade civil, de participação popular, ascensão de Movimentos Sociais e uma Constituição que sinalizou mudanças no ordenamento jurídico do país.

Foi a partir do processo de redemocratização, após os longos anos de resistência e de acúmulo de forças da sociedade organizada, ainda sob a Ditadura Civil-Militar, que foi possível a instauração da gestão democrática na educação, a organização curricular por Ciclos de Formação, o investimento em formação em grande escala de mudanças nas redes públicas e, nesse contexto, a **instauração da Filosofia como disciplina escolar, como o realizado em Porto Alegre.**

Essa realidade, como bem sabemos, não existe mais. As experiências paradigmáticas de governos locais progressistas, em especial municípios de grande porte e nas capitais cumpriram um importante papel de vanguarda, ao abrir e assinalar caminhos possíveis. Todavia, a **centralização no âmbito federal das políticas de financiamento, currículo, formação, avaliação, retirou paulatinamente a autonomia dos municípios. Somado a isso, o avanço neoliberal, associado à ocupação do espaço público e da gestão do Estado por grupos fundamentalistas religiosos, armamentistas, intelectuais e radicais da extrema-direita deixaram margem praticamente inexistente para que esse debate travado na esfera local tenha êxito.**

Porto Alegre é um exemplo notável de resistência, de solidariedade e de afirmação do direito à Filosofia na Educação Fundamental, mas até quando? A cada dia, perdemos terreno para o inimigo, em que pese todos os esforços envidados.

No amplo movimento de que haverá em torno da reconstrução e fortalecimento do Ministério da Educação, da retomada das diretrizes e metas do Plano Nacional da Educação e da avaliação crítica do significado e da implantação da BNCC, entre tantas outras urgências, se impõe como necessidade: o estímulo por parte do ME, na forma de aporte financeiro, formação, publicações e assessoramento aos Estados e Municípios (inclusive para feitura de concursos públicos para docentes), visando a **inclusão gradativa do componente curricular de Filosofia, nos Anos Finais, mas também para toda a Educação Básica – da educação Infantil às modalidades como a Educação de Jovens e Adultos.** Sem esse movimento, experiências locais, como as de Porto Alegre (RS), Alfenas (MG) Belém (PA), São José (SC), Itupeva (SP), São Leopoldo (RS), Campina Grande (PB), entre outras, tendem, sob uma correlação de forças ainda muito desfavorável e sem uma prescrição legal ampla, sucumbirem por inanição e descompromisso na troca de gestores

Referências:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO: 2021 [recurso eletrônico]. 51. edição. - Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/ Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos (SAE)/ Diretoria de Planejamento Estratégico e Monitoramento de Resultados (DPE)/ Coordenação de Avaliação de Políticas Públicas e Resultado (CAPPR), 2022.

MELLO, Marco; PARES, André (Orgs.) *Fica Filosofia! Pela permanência da disciplina nas escolas públicas de Porto Alegre*. Porto Alegre: ATEMPA, Coletivo de professoras e professores de Filosofia da RME de Porto Alegre; Seção Sindical do ANDES/UFRGS, 2021.

MELLO, Marco; RODRIGUES, Daniele Gualtieri (Orgs.) *E se a periferia fosse o centro?* Porto Alegre: EMEF Saint Hilaire, 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Supervisão de Educação. Coordenação Pedagógica. Nível de Ensino Fundamental. *Filosofia no Ensino Fundamental: Perspectiva possível para o ensinar a pensar nas escolas por Ciclos de Formação*. 1997 (Reflexões da Escola Cidadã: Dialogando sobre Ciclos de Formação. n.1)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Gestão Pedagógica. Unidade de Ensino Fundamental. *Currículo priorizado por componente curricular*. Agosto de 2022.

<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Portal> Acesso em 21 de novembro de 2022.



A BNCC e a BNC-Formação na perspectiva da Filosofia

por Patrícia Del Nero Velasco

(UFABC/ANPOF²)

Ao pensar a situação da disciplina Filosofia no chamado Novo Ensino Médio, faz-se necessário analisar ao menos três documentos³, quais sejam, a Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017⁴, a Resolução CNE 02 de 20 de dezembro de 2019⁵ e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁶.

A área de Filosofia avalia que, por um lado, o modelo de Ensino Médio há tempos necessitava ser revisado; de outro, a maneira como o processo foi realizado e as consequências desta última são desastrosas para a educação pública brasileira e, de modo específico, para a pretendida formação filosófica nas escolas de todo o país. As linhas que seguem apresentam, ainda que de modo breve, as justificativas para a supracitada tese.

Se na Medida Provisória de 2016 a Filosofia tinha desaparecido completamente, na Lei 13.415, de 2017, após pressão de associações como a ANPOF, a Filosofia passou a figurar como “estudos e práticas”, os quais devem ser trabalhados de forma contextualizada e interdisciplinar, por projetos, oficinas, laboratórios e outras estratégias

² Secretária Geral da ANPOF (2021-2022) e Coordenadora do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar (2022-2024).

³ Entende-se que além dos três documentos citados, o Novo Ensino Médio é também composto pela Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica que regulamenta o Saeb - Sistema de Avaliação da Educação Básica), o Encceja - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio (disponível em: http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/1487850) e a Portaria n. 458, de 5 de maio de 2020, que “Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica” (disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-458-de-5-de-maio-de-2020-255378342>), além do PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático (disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2021-projetos>).

⁴ Lei que alterou a legislação que estabelecia até então as diretrizes e bases da educação nacional (a lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e também instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm.

⁵ Também chamada de BNC-Formação, a Resolução em questão define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192.

⁶ Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

que rompam com o trabalho isolado em disciplinas. A lei 13.415 amplia a carga horária de 2.400 para 3.000 horas até 2022 e institui a Política de Fomento de Educação de Tempo Integral no Ensino Médio por 10 anos. O detalhamento da estrutura curricular e dos conceitos usados na Lei aparece nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Lá consta uma formação básica de 1.800 horas que garanta os direitos e objetivos de aprendizagem da BNCC e a complementação de 1.200 horas dos chamados itinerários formativos. E constam as definições de itinerários, competências, transdisciplinaridade e outras noções-chave do desenho curricular proposto.

É interessante lembrar que na Constituição de 1988 (artigo 210) já se previam “conteúdos mínimos para assegurar uma formação básica comum”. E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 previa a construção de uma base nacional comum curricular. A ideia de uma BNCC, a nosso ver, é interessante: oferecer um mínimo comum formativo para estudantes de qualquer região e escola do país, garantindo uma base curricular que permita ao estudante do Amapá que se mude para o Rio Grande do Sul, ou à estudante que faça o caminho inverso, continuar seus estudos sem maiores prejuízos.

A primeira versão da BNCC foi disponibilizada em 16/09/2015 e nela constavam todos os componentes curriculares. A sessão sobre a Filosofia foi coordenada pelo prof. Edgar Lyra e contou com pareceres técnicos de pesquisadoras e pesquisadores da área. Em abril de 2016 uma nova versão da BNCC foi publicada, a partir destes pareceres e da consulta pública realizada desde 2015. Mas em agosto de 2016 ocorreu o golpe que destituiu a presidente Dilma e, com ele, inúmeras alterações foram feitas no Ministério da Educação. Toda a construção coletiva da Base foi abandonada e, um ano e meio depois, em dezembro de 2018, a 3ª versão da BNCC foi publicada – sem qualquer discussão sobre os componentes curriculares. Estes aparecem diluídos ou transversalizados em quatro grandes áreas: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A pergunta que a área passou a fazer desde então foi: o que pode a Filosofia no contexto do Novo Ensino Médio? Na letra do documento, responderíamos que a Filosofia pode muita coisa e, a depender da interpretação mais usual até aqui e do modo de implementação nos diferentes estados, a Filosofia nada pode. Tem-se assistido a uma

variação na interpretação da Lei e da própria BNCC nas propostas curriculares de cada Estado deste país gigante; somando-se a essa variação os recursos materiais e humanos de cada escola, a presença da Filosofia nas escolas é bastante diferente de acordo com o currículo adotado por cada Estado e a força política (ou ausência dela) dos professores e professoras de Filosofia que atuam na Educação básica.

A variação supramencionada pode ser exemplificada: no Amapá, após uma Ação Civil Pública provocada pelo Sindicato dos Sociólogos do Amapá junto ao Ministério Público Estadual e as intervenções junto ao Conselho Estadual de Educação, o CNE em tela publicou uma resolução aumentando de uma para duas horas aula semanais as disciplinas de Sociologia e de Filosofia. Em Sergipe, houve também um aumento de carga horária. Mas em lugares como o Paraná, estado historicamente conhecido por iniciativas de professores e professoras de Filosofia junto à Educação Básica, o novo currículo traz a diminuição das horas de Filosofia. O quadro geral da presença da Filosofia pós-BNCC será apresentado em seção precedente, escrita pelo colega Christian Lindberg.

No Novo Ensino Médio, em que apenas Matemática, Língua Portuguesa e Língua Inglesa são obrigatórias, os demais componentes podem figurar tanto na própria formação básica quanto nos itinerários formativos. No caso da Filosofia, não é difícil associar as competências e habilidades preconizadas na Base com as temáticas filosóficas que as contemplam. E podemos fazer essa associação tanto com as dez competências gerais da Educação Básica, quanto com as competências específicas de cada grande área do Ensino Médio e, principalmente, com as competências da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Um primeiro exercício neste sentido foi realizado por uma comissão do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, da ANPOF, publicado na página da Associação e reproduzido na seção de mesmo nome do presente relatório. Intitulado “Sem Filosofia não tem base”, afirma o documento:

Se num primeiro momento a terceira versão da BNCC causou perplexidade e desencanto por se perceber a diluição da Filosofia na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a perda de sua especificidade, um olhar crítico lançado aos documentos mostra que é possível e necessário dar visibilidade aos elementos de Filosofia que ali permaneceram. Dito de outro modo, percebeu-se que era possível encontrar os conteúdos (conceitos, ideias, problemas) filosóficos no emaranhado de competências gerais e competências da área.

Em um segundo momento do documento, os autores e autoras apresentam uma tabela na qual associam, a cada competência, um “específico filosófico”. Este exercício ajuda professores e professoras a vislumbrar espaços para a Filosofia na escola. Encontrar estes espaços é essencial para a militância individual de cada educador/a filósofo/a que atua no Ensino Médio, munindo-o na disputa territorial do novo currículo. Por outro lado, há outra militância igualmente necessária neste momento: a de resistência ao que este modelo curricular representa, como explorado nas linhas que se seguem.

Apresentado como flexível e centrado no protagonismo juvenil, o novo modelo curricular oferece, a princípio, a oportunidade de escolha à/ao estudante, o qual decidirá pelo itinerário formativo de sua preferência. Mas temos ao menos dois problemas aqui: o primeiro diz respeito à responsabilidade com o que é formativamente relevante. Se a Educação Básica é uma etapa terminal de Educação, ou seja, uma etapa que oferece a base formativa dos muitos estudantes que não continuarão seus estudos, não seria desejável que estes/as estudantes pudessem ter acesso mínimo a todas as grandes áreas de conhecimento? E não deveriam ser os educadores e educadoras a indicar este mínimo?

Nesta perspectiva, o segundo problema se coloca: a especialização nessa etapa educacional em alguma medida não contraria a própria ideia de uma “educação básica”? Ou o direito a uma educação comum se restringe à educação matemática e de línguas? Não teriam nossos/as estudantes direito a uma educação filosófica? E mais: não estaríamos antecipando escolhas profissionais em um momento formativo que precede a profissionalização? Além disto, sabemos que muitas escolas não dispõem de laboratórios e demais espaços físicos para a oferta de projetos, oficinas e afins de todos os itinerários formativos, assim como não dispõem de recursos humanos para tal. Algumas escolas oferecerão apenas um itinerário. Onde estará a escolha do/a estudante? Talvez em uma eventual mudança de escola para ter acesso a um itinerário diferente daquele oferecido...

Os problemas relativos ao que representa o modelo curricular desenhado no chamado Novo Ensino Médio ficam mais evidentes quando nos deparamos com a Resolução CNE número 2 de dezembro de 2019, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (a chamada

BNC-Formação). A resolução em questão faz parte de uma ação maior, uma ação que é composta: pela tentativa de privatização da educação (e dos demais setores da sociedade); pelo fim da autonomia universitária e da autonomia docente em todos os níveis; assim como pela precarização e pelo sucateamento da educação brasileira. Dentro deste contexto, parece-nos que a Resolução CNE n. 2 de 2019 busca tanto exercer determinado controle político-ideológico sobre a docência na educação básica quanto interferir no trabalho docente realizado nos cursos de licenciatura.

Especificamente sobre esses últimos, podemos dizer que historicamente as licenciaturas foram “acolhidas” (para usar um eufemismo) pela iniciativa privada. Segundo o Censo da Educação Superior de 2018, 62,4% das matrículas em licenciaturas eram em instituições de ensino superior privadas (69,2% EaD e 30,8% presencial) e 37,6% em IES públicas (18,6% EaD e 81,4% presencial). Se nas instituições públicas a porcentagem de licenciaturas no formato EaD é de cerca de 18%, nas privadas este número sobe para 69,2%. E acende-se o alerta com relação à qualidade dos cursos oferecidos e ao contexto empresarial em que estes cursos acontecem.

Dada a brevidade do presente relatório, concentremo-nos nas imprescindíveis questões: quais os interesses do Conselho Nacional de Educação em substituir a Resolução de 2015 por esta Resolução de novembro de 2019? Se ainda não tivemos tempo de avaliar a implementação da Resolução de 2015, por que a revogar neste momento? A fim de debater tais indagações, serão apresentados, na sequência, alguns brevíssimos contrapontos entre ambas as normativas (de 2015 e 2019).

Um primeiro aspecto diz respeito ao caráter coletivo da construção do documento de 2015 e o tom impositivo da resolução de 2019. Se em 2015 houve consulta do CNE a coletivos governamentais e não governamentais, aos profissionais da educação, às entidades acadêmicas e sindicais, entre outros, a resolução de 2019 foi publicada sem qualquer diálogo com as instituições públicas e com os pesquisadores e pesquisadoras da área. Dessa forma, a resolução de 2015 em alguma medida normatizava uma concepção de formação docente construída historicamente por universidades, escolas, sindicatos, entidades, professores e pesquisadoras; já o documento que estamos avaliando hoje não

leva em conta aquilo que é pesquisado e defendido por aqueles e aquelas que se dedicam a pensar a formação docente.

Um segundo aspecto compreende a preocupação com a articulação entre teoria e prática presente na resolução de 2015. As licenciaturas passaram a ter 400 horas para o estágio supervisionado e outras 400 para as práticas como componente curricular. Na resolução de 2019, através da padronização curricular com foco na prática e nas competências e habilidades, notamos uma visão instrumental da docência e um verdadeiro desmonte dos cursos de formação de professores/as em nível superior. São 800 horas para os “conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação” segundo a BNCC e 1.600 horas para a aprendizagem daquilo que efetivamente determina a Base. Essa padronização dos projetos curriculares dos cursos para que se alinhem à BNCC acaba por desconsiderar as concepções formativas dos/as docentes, a formação teórica a respeito dos fundamentos da educação, das teorias pedagógicas e dos conteúdos específicos de cada área de conhecimento sobre formação humana, assim como o histórico institucional de discussão sobre formação docente de cada universidade e de cada área de conhecimento.

Na Filosofia, por exemplo, há uma discussão já bastante consolidada a respeito de aspectos formativos elementares para o futuro professor e a futura professora de Filosofia, como a discussão metafilosófica sobre “o que é filosofia”⁷. Abrir mão desta discussão é ignorar a especificidade da formação docente em Filosofia. E uma vez que a Filosofia passou a ser estudos e práticas nos documentos que orientam a Educação Básica, se seguirmos exclusivamente o que preconiza a BNCC, em que medida a formação do/a professor/a de filosofia será substancialmente distinta da formação do professor de história ou da professora de sociologia? Atenta-se aqui ao engessamento curricular que acaba por esvaziar a função social da escola e seu sentido público, adotando-se uma perspectiva pragmática e utilitarista. Nesta visão, a docência é restrita a competências socioemocionais e habilidades; e os professores e professoras são meros executores técnicos daquilo que é definido na Base.

⁷ Cf., por exemplo: VELASCO, P. D. N. “O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia?”, *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 34: nov. 2020-abril 2021, p. 12-33.

Um terceiro aspecto do contraponto aqui proposto corresponde à preocupação com a promoção de uma formação crítica, reflexiva e inclusiva que podíamos vislumbrar em 2015: direitos humanos; Libras; diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional; entre outros. Estes são aspectos que deveriam ser tratados de modo transversal nos cursos de formação docente segundo a resolução de 2015, a qual cobrava uma base teórico-pedagógica interdisciplinar destes cursos. Na resolução de 2019, por sua vez, não há qualquer indício de problematização do social. Ao contrário: passa-se uma ideia de que a aprendizagem de competências garante oportunidades iguais a todos.

Quarto aspecto: se na resolução de 2015 havia “articulação entre formação inicial e continuada, entre as instituições formadoras e as instituições de educação básica”, no documento de 2019, não há quase menção à formação continuada. A disposição sobre esta consta em uma resolução à parte (CNE/CP Nº 1), de 27 de outubro de 2020, a qual traz também uma BNC-Formação Continuada. E esses documentos apartados rompem com toda a articulação conquistada na resolução de 2015 entre formação inicial e formação continuada.

Ao recuperarmos alguns pontos já mencionados, como a padronização curricular e a consequente limitação da autonomia das universidades na organização destes currículos, emerge um quinto aspecto: percebemos que o foco da resolução de 2019, ao contrário da de 2015, não é a formação docente, mas a possibilidade de avaliar e exercer um controle político e ideológico sobre o que se ensina e como se ensina nas instituições de ensino superior e, conseqüentemente, na educação básica.

Em suma, a resolução de 2019 é a materialização de um projeto de transpor o mundo empresarial para a educação, trazendo uma concepção de formar mão de obra para as demandas de trabalho. Nessa perspectiva, entendemos que dentre os desafios da futura gestão da educação brasileira está a retomada das discussões sobre os objetivos da educação e a função social da escola, escancarando a política neoliberal que embasa a resolução de 2019 e procurando dar voz novamente aos profissionais da educação, aos sindicatos, às associações e às demais entidades que historicamente se responsabilizaram e continuam a se responsabilizar por pensar a educação no Brasil. Afinal, a Resolução CNE n. 2 de 2019 não representa as concepções de educação defendidas por filósofas,



filósofos e por grupos e associações que nos representam. Assim sendo, e compreendendo que o filosofar pode ser uma potente ferramenta conceitual para analisarmos os problemas contemporâneos, aqueles e aquelas que têm a Filosofia como ofício podem, e muito, contribuir para uma democrática revisão do modelo de Ensino Médio e de formação docente – sempre em prol de uma educação pública de qualidade.



Sem filosofia não tem base

Carta do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar sobre a BNCC

por GT Filosofar e Ensinar a Filosofar⁸

Sem filosofia não tem base

Os termos competência e habilidade não são novos no discurso educacional brasileiro. Desde a LDB (Lei 9394/1996) se fazem presentes e orientam as políticas educativas para a escola básica, como as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, DCNEM/1998; os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNEM/1999; as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, OCNEM/2006, entre outros documentos.

É possível, também, dizer que desde meados do século XX as ideias da Escola Nova e as pedagogias ativas sustentaram críticas à denominada escola tradicional e anunciaram que não se tratava mais de ensinar, mas de fazer aprender a partir de situações-problema. A compreensão do professor como aquele que ensina conteúdos foi dividindo espaço com a do professor que desafia e coloca problemas a seus estudantes para que possam atuar de modo ativo na compreensão de processos, conceitos, fatos, etc.

A partir dos anos 1990 muitos países realizaram reformas nos currículos da escola básica com o objetivo de responder às críticas de oferecer uma formação precária e mantenedora de desigualdades sociais ou de não tornar os estudantes aptos a se colocarem no campo profissional. O Brasil, com a aprovação da LDB em 1996 fez com que o campo educacional se movimentasse, seja para fazer críticas a essa nova concepção de currículo e de ensino, seja para encontrar modos de gerar seu entendimento pela comunidade escolar, como também para realizar sua implementação.

Os PCNEM/1999 e mais tarde as OCNEM/2006 indicaram, de maneira explícita, os caminhos a serem seguidos para tal implementação. O currículo, organizado por áreas de conhecimento, manteve cada componente curricular com competências e habilidades

⁸ Texto produzido pelo Núcleo de Estudos da Educação Básica do Grupo de Trabalho da ANPOF Filosofar e Ensinar a Filosofar, publicado na página da instituição em 20/05/2021. Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/notas-e-comunicados/sem-filosofia-nao-tem-base--carta-do-gt-filosofar-e-ensinar-a-filosofar-sobre-a-bncc>. Acesso: 19 nov. 2022.

específicas. Atualmente, com a aprovação da BNCC e da reforma do ensino médio, as áreas de conhecimento ganharam centralidade ao terem, cada uma delas, seu conjunto de competências e habilidades.

No que tange à Filosofia como uma disciplina escolar, interessa-nos pensar sobre as modificações que a BNCC gerará no rol de seus conteúdos e nos modos de ensiná-los. Dito de modo mais claro, será preciso pensar sobre o que caberá ao professor ensinar e como se ensina competências e habilidades que lhe são próprias, tendo como referência as dez (10) competências gerais e as competências e habilidades da área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na qual está inserida a Filosofia.

Se num primeiro momento a terceira versão da BNCC causou perplexidade e desencanto por se perceber a diluição da Filosofia na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a perda de sua especificidade, um olhar crítico lançado aos documentos mostra que é possível e necessário dar visibilidade aos elementos de Filosofia que ali permaneceram. Dito de outro modo, percebeu-se que era possível encontrar os conteúdos (conceitos, ideias, problemas) filosóficos no emaranhado de competências gerais e competências da área. A realização deste trabalho tem o sentido, pois, de fazer um outro movimento de pensamento acerca da pedagogia das competências, orientadora das atuais políticas para a educação básica brasileira, em especial, para o ensino médio, deslocando-se da denúncia e da crítica para a busca de possibilidades e de possíveis proposições a serem endereçadas aos professores e professoras que ensinam Filosofia no dia a dia da escola brasileira.

A denúncia e a crítica são fundamentais, e seria vexatório se a comunidade filosófica-educacional não se pronunciasse deste modo acerca das mudanças definidas pela BNCC e pela Reforma do Ensino Médio, que, entre outras coisas, enfraqueceu a presença da Filosofia como disciplina escolar. No entanto, entendemos que diante de sua implementação, era necessário um olhar crítico, com objetivo de pensar modos de operar nas escolas desde a BNCC e, especialmente, reconhecer no conjunto das referidas competências e habilidades os conteúdos, temas, conceitos, problemas próprios da disciplina, familiares a professores e professoras. É preciso considerar que não seria

possível o desenvolvimento das competências gerais e certas competências específicas da BNCC sem a Filosofia.

Esta é, portanto, imprescindível para o desenvolvimento das competências da BNCC devido a sua especificidade e sua relevância na formação de sujeitos críticos e capazes de viver em comunidade. Considerando que a BNCC fomenta o diálogo entre as áreas do conhecimento, a capacidade de argumentação e elaboração de percursos formativos, estimulando uma atitude autônoma dos estudantes no processo do conhecimento, o estudo da Filosofia oferece os alicerces teóricos não apenas para as ciências humanas, mas também para as demais áreas. Além disso, estimula, pelo exercício da análise criteriosa de temas, a elaboração de teses e a investigação, o que é necessário para o avanço das ciências e para uma atuação efetiva na vida universitária. Desconsiderar a relevância das especificidades da disciplina é fragilizar os edifícios conceituais que sustentam as diversas áreas e reduzi-los a seus aspectos utilitários, o que, a longo prazo, inibe o desenvolvimento científico e tecnológico.

Por esses motivos, na tabela abaixo oferece-se uma análise acerca das competências gerais da Educação Básica e das competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme expressas na BNCC. Nosso objetivo foi extrair conceitos, ideias e problemas específicos da Filosofia contidos nas próprias competências, de modo a oferecer subsídios para professores e professoras envolvidos com a implementação da reforma do ensino médio e para a defesa da presença efetiva da nossa disciplina nas escolas.

COMPETÊNCIAS GERAIS				
COMPETÊNCIA	O QUE É	PARA	ESPECÍFICO FILOSÓFICO	PROCEDIMENTOS OU METODOLOGIAS
CONHECIMENTO	1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital	para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e	Sociedade justa e democrática e inclusiva (política)	Utilizar conhecimentos historicamente construídos (1); curiosidade intelectual - investigação, análise

		inclusiva.		crítica, imaginação, criar e testar hipóteses, formular e resolver problemas (2); usar diferentes linguagens (4), expressar pensamentos (4 e 5); lidar com novas tecnologias (3 e 5); argumentação (7).
PENSAMENTO CIENTÍFICO E CRÍTICO	2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade,	para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.	Curiosidade intelectual - investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (alguns apresentam como uma definição da filosofia)	
REPERTÓRIO CULTURAL	3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também	participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.	Diversidade artístico-cultural (estética)	
COMUNICAÇÃO	4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica,	para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.	Produzir sentidos	
CULTURA DIGITAL	5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares)	para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva	Tecnologias de Forma crítica, reflexiva e ética (ética)	CONCEITOS/PRINCÍPIOS ÉTICOS construção de sociedade justa (1); criatividade; valorizar diversidade cultural e artística (3); entendimento mútuo (4); exercício da

<p>TRABALHO E PROJETO DE VIDA</p>	<p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe</p>	<p>possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. Culturais</p>	<p>Cidadania – liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (ética)</p>	<p>cidadania, com liberdade e autonomia e responsabilidade (6); direitos humanos, consciência socioambiental, posicionamento ético (7); autoconhecimento e autocuidado (8); diálogo (9); agir responsável e</p>
<p>ARGUMENTAÇÃO</p>	<p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis,</p>	<p>para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p>	<p>Argumentação</p>	<p>autônomo (10).</p>
<p>AUTOCONHECIMENTO E AUTOCUIDADO</p>	<p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional,</p>	<p>compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>	<p>Conhece-te a ti mesmo Cuidado de si</p>	
<p>EMPATIA E COOPERAÇÃO</p>	<p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação,</p>	<p>fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>	<p>Respeito ao outro</p>	

RESPONSABILIDADE E CIDADANIA	10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação,	tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.	Princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários	
------------------------------	--	--	--	--

Tabela 1. A Filosofia e as Competências Gerais da BNCC.

COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS				
COMPETÊNCIA	O QUE É	PARA	ESPECÍFICO FILOSÓFICO	PROCEDIMENTOS OU METODOLOGIAS
PROCESSOS	1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos,	de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.	Posicionar-se criticamente, diferentes pontos de vista	Procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente
TEMPOS E ESPAÇOS	2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a	compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.	Relações de poder	
DIVERSIDADE CULTURAL RELAÇÃO SOCIEDADE / NATUREZA	3. Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e	com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo	Relações entre grupos humanos - Consciência ética e socioambiental	<p>CONCEITOS / PRINCÍPIOS POLÍTICOS</p> <p>Fronteiras, relações de poder, Estado;</p>

	consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais,	responsável em âmbito local, regional, nacional e global.		produção, distribuição e consumo; relações sociais, trabalho, transformação social;
CAPITAL E TRABALHO	4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas,	discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	Relações de produção, capital, trabalho	
PRINCÍPIOS ÉTICOS E DEMOCRÁTICOS	5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência,	adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	Princípios éticos, democráticos e inclusivos	CONCEITOS / PRINCÍPIOS POLÍTICOS
DEBATE PÚBLICO	6. Participar do debate público	de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade	Debate crítico, respeito às diferenças, cidadania, liberdade, autonomia, responsabilidade	justiça, preconceito, violência; Direitos Humanos; pluralidade de posições, exercício da cidadania, liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável; cidadania

Tabela 2. A Filosofia e as Competências das CHSA.

A implementação do novo ensino médio: um estudo preliminar sobre a presença da Filosofia nos currículos estaduais

A implementação do novo ensino médio por parte dos estados e Distrito Federal tem suscitado a preocupação dos integrantes da denominada comunidade filosófica brasileira, composta por professores/as, pesquisadores/as e estudantes (graduação e pós-graduação). O motivo principal diz respeito ao fato de a Filosofia ter perdido seu status disciplinar, sendo diluída nas diversas habilidades e competências (gerais e específicas) das áreas do conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O arranjo curricular indicado na nova legislação estabelece um conteúdo comum para todos/as os/as estudantes do país, a BNCC, que será organizado em torno de quatro áreas do conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), Linguagens e suas tecnologias (LT), Matemática e suas tecnologias (MT) e Ciências da Natureza e suas tecnologias (CNT). Cada área dessa tem suas competências específicas e habilidades. No caso da área CHSA, há 6 competências e 30 habilidades, visando mobilizar conteúdos filosóficos, notadamente de Epistemologia, Metafísica, Ética e Filosofia Política. Outro espaço constituído no novo ensino médio diz respeito aos itinerários formativos, que são cinco: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), Linguagens e suas tecnologias (LT), Matemática e suas tecnologias (MT), Ciências da Natureza e suas tecnologias (CNT) e Formação técnica e profissional.

A distinção entre a BNCC e os itinerários formativos, grosso modo, pode ser identificada de duas formas: 1) Enquanto a carga horária da BNCC corresponde a 60% do total da carga horária do novo ensino médio, a dedicada aos itinerários formativos deve contemplar os demais 40%; 2) No caso dos itinerários formativos, adiciona-se a Formação técnica e profissional às áreas contidas na BNCC, considerando a perspectiva de aprofundar os conhecimentos de uma das áreas ou habilitar os estudantes ao mundo do trabalho.

Além disso, a luta promovida pela ANPOF, entidades estudantis, sindicatos, sociedades científicas e tantos outros interlocutores garantiu, no ato de conversão da Medida Provisória nº 746/2016 em lei, a de nº 13.415/2017, a instituição da Filosofia como estudos e práticas no âmbito da BNCC. Embora não se saiba exatamente o que significa, abre-se a possibilidade de reivindicar o espaço específico dos conteúdos filosóficos na elaboração dos referenciais curriculares em cada estado.

Feito essas considerações iniciais, tentar-se-á expor um mapeamento da presença da Filosofia no atual contexto do novo ensino médio brasileiro, considerando os referenciais curriculares dos 26 estados e do Distrito Federal. Do ponto de vista metodológico, é bom destacar que o levantamento foi feito com base nas informações coletadas junto às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC's), consultando as propostas dos referenciais curriculares de cada estado¹.

Parte-se da constatação de que, entre 2008 e 2016, os conteúdos filosóficos eram ministrados no ensino médio de forma disciplinar, muito embora sua presença fosse insuficiente para atender as demandas de formar os/as estudantes para o exercício da cidadania e mundo do trabalho. De acordo com os respectivos referenciais curriculares, a maioria dos estados reservava apenas 1 hora/aula semanal para a disciplina Filosofia em cada série do ensino médio. A exceção era os estados do Maranhão, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal que dispunham uma carga horária maior.

De 2017 para cá, a situação tem sido alterada substancialmente. Em linhas gerais, pode-se constatar que a maioria dos estados ainda não aprovou seus referenciais curriculares nos termos do novo ensino médio. Com exceção de São Paulo, que aprovou em 2020 e começou a implantar nesse ano de forma gradual, constata-se que 21 estados estão em processo de consulta pública e/ou enviaram o documento revisado para os respectivos Conselhos Estaduais de Educação (CEE's), 1 O levantamento aqui descrito foi feito até o dia 07 de fevereiro de 2021. 4 estados (Maranhão, Bahia, Rio Grande do Norte e Roraima) ainda estão elaborando a versão preliminar para submetê-la a consulta e o Distrito Federal já aprovou o novo currículo, mas aguarda a homologação por parte do governo distrital.

Por outro lado, a presença de conteúdos filosóficos pode ser estabelecida em dois locais do arranjo curricular do novo ensino médio: 1) Nas áreas de conhecimento da BNCC; 2) Nos 5 itinerários formativos. Nas duas situações, nota-se a tendência de os conteúdos filosóficos aparecerem com maior ênfase na área CHSA. Entretanto, nada impede de inseri-los nas demais áreas do conhecimento e em todos os itinerários formativos.

Os dados coletados apontam que há uma tendência de manter os conteúdos de Filosofia no novo ensino médio. De acordo com o levantamento, a situação do ensino de Filosofia nos referenciais curriculares estaduais alinhados à BNCC pode ser agrupada em dois blocos: 1) Os conteúdos filosóficos são apresentados de forma interdisciplinar, de acordo com as habilidades e competências da área CHSA; 2) A Filosofia mantém o caráter disciplinar, mas dentro da área de CHSA, procurando dialogar com os demais

componentes curriculares da área (Sociologia, História e Geografia). Essa última tendência não é a que predomina. Nas duas situações, constata-se que a Filosofia é mobilizada através da adoção das denominadas pedagogias ativas e deve ser ofertada anual ou semestralmente ao longo das séries do ensino médio. É bom considerar um fato interessante. A manutenção da Filosofia como disciplina em alguns estados ocorre porque o novo ensino médio passa por um momento de experimentação, circunstância que tende a trazer muitas incertezas aos gestores. Por outro lado, há uma dúvida, do ponto de vista da legalidade, do que fazer com os atuais professores do ensino médio, já que foram aprovados nos concursos públicos para lecionar determinada disciplina e não conteúdos por área do conhecimento.

Onde foi possível identificar a carga horária destinada aos conteúdos filosóficos na área CHSA, constata-se que houve certa diminuição em relação ao que se tinha até 2016, fim do período da obrigatoriedade da Filosofia como disciplina no ensino médio. O caso mais simbólico ocorre no Paraná, onde a proposta do governo estadual reduziu pela metade a destinada ao ensino de Filosofia. No lugar, foi incluído conteúdos de empreendedorismo.

No entanto, as contradições do novo ensino médio apontam para a possibilidade da adoção dos itinerários formativos como espaço para aumentar o tempo destinado ao ensino de conteúdos filosóficos. O problema é que, caso isso ocorra, a ampliação se dará no âmbito de cada rede estadual de ensino ou, o que é mais provável, no âmbito de cada escola, não atingindo todos/as os/as estudantes do país.

É fato que o novo ensino médio representa uma digressão histórica para a Filosofia no país. Marcado pela falta de regularidade ao longo dos anos, a recente obrigatoriedade do seu ensino representou a possibilidade de milhões de jovens terem acesso a um conhecimento milenar e fundamental para o exercício da cidadania e inserção no mundo do trabalho, de forma crítica, autônoma e livre. O que se viu, entre 2008 e 2016, foi a expansão da oferta do ensino de Filosofia na educação básica em todo o país, medida que impactou em políticas públicas, como o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Formação de Professores (PIBID, Residência Pedagógica,



mestrado profissional, etc.) e a expansão dos cursos (graduação e pós-graduação) de Filosofia pelo país, além de mobilizar milhares de pessoas nos mais diferentes contextos.

Em suma, o novo ensino médio pode colocar em risco todas as conquistas obtidas recentemente para o ensino de Filosofia. O fim do caráter disciplinar obrigatório, somado a diluição dos conteúdos filosóficos em habilidades e competências, criam novos obstáculos para seu ensino. Porém, nada retira sua relevância social e o desprendimento dos/as amigos/as da sabedoria em torná-lo efetivo para todos/as os/as estudantes do Brasil.

Comparativo de carga horária/presença da Filosofia pré e pós BNCC

por Christian Lindberg Lopes do Nascimento

(UFS)

Meu objetivo é apresentar duas tabelas que visam ilustrar a presença da Filosofia como disciplina no currículo do Ensino Médio. A título de comparação, o marco temporal é o antes e o depois daquilo que tem sido denominado de novo Ensino Médio, entendido como um conjunto de leis que alterou substancialmente a estrutura curricular da última etapa da educação básica e tem como marco inicial a aprovação da lei nº 13.415/2017.

A tabela 01 procura sistematizar a carga horária da disciplina Filosofia das escolas da rede pública estadual de todos os estados. O ponto de referencial é as unidades que ofertam ensino regular durante o turno matutino. As informações foram coletadas nas páginas eletrônicas das Secretarias Estaduais de Educação que disponibilizam seus documentos oficiais (resoluções, matriz curricular etc.) e através de contatos estabelecidos com pesquisadores/as da área Ensino de Filosofia, a quem agradeço.

44

ESTADO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	CARGA HORÁRIA (CH) - ANUAL	CH total
ACRE	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
ALAGOAS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
AMAPÁ	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
AMAZONAS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
BAHIA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
CEARÁ	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
DISTRITO FEDERAL	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
ESPÍRITO SANTO	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
GOIÁS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
MARANHÃO	2 aulas/semana	2 aulas/semana	1 aula/semana	80h/anuais e 40h/anuais	200h

MATO GROSSO	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
MATO GROSSO DO SUL	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
MINAS GERAIS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
PARÁ	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
PARAÍBA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
PARANÁ	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
PERNAMBUCO	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
PIAUI	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
RIO DE JANEIRO	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
RIO GRANDE DO NORTE	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
RIO GRANDE DO SUL	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
RONDÔNIA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
RORAIMA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
SANTA CATARINA	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
SÃO PAULO	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h/anuais	240h
SERGIPE	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h
TOCANTINS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h/anuais	120h

Tabela 01 - A presença da Filosofia antes do novo Ensino Médio (elaboração própria)

A tabela 02 foi elaborada após as mudanças provocadas pelo novo Ensino Médio na última etapa da educação básica⁹. A exemplo da anterior, o objetivo foi identificar a presença do componente Filosofia no novo arranjo curricular, principalmente porque ele perdeu a “cadeira cativa” que tinha conquistado na primeira década do século XXI quando foi convertida em disciplina obrigatória.

⁹ O presente quadro expõe a carga horária destinada para o componente curricular Filosofia após a implementação do novo Ensino Médio pelos 26 estados e o Distrito Federal. As informações foram coletadas e sistematizadas pela estudante Maíra Rodrigues Lima, bolsista do PIBIC/CNPq (2020-2022), e revisada pelo prof. Dr. Christian Lindberg (DFL/UFS).

ESTADO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	CARGA HORÁRIA (CH) - ANUAL	CH total
ACRE	1 aula/semana	1 aula/semana	*	40h	80h
ALAGOAS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
AMAPÁ	2 aulas/semana	2 aulas/semana	*	80h	160h
AMAZONAS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
BAHIA	1 aula/semana	1 aula/semana	*	40h	80h
CEARÁ	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
DISTRITO FEDERAL ¹⁰	2 aulas/semana (1º ou 2º semestre)	2 aulas/semana (3º ou 4º semestre)	2 aulas/semana (5º ou 6º semestre)	80h	240h
ESPÍRITO SANTO	1 aula/semana	1 aula/semana	*	40h	80h
GOIÁS	1 aula/semana	*	*	40h	40h
MARANHÃO	1 aula/semana	2 aulas/semana	1 aula/semana	40h/ano (1º e 3º ano) e 80h/anuais (2º ano)	160h
MATO GROSSO	*	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	80h
MATO GROSSO DO SUL	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
MINAS GERAIS ¹¹	1 aula/semana	*	*	40h	40h
PARÁ	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
PARAÍBA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
PARANÁ	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
PERNAMBUCO	2 aulas/semana	*	*	80h	80h
PIAUI	1 aula/semana	1 aula/semana	*	40h	80h

¹⁰ O Distrito Federal optou ofertar o ensino médio por semestre letivo. De igual modo, escolheu ofertar duas possibilidades de matriz curricular para os estudantes. A depender da seleção, a disciplina Filosofia pode ser ministrada a eles no semestre ímpar ou par.

¹¹ A resolução nº 4.657/2021/SEE/MG apresenta apenas a carga horária da 1ª série do Ensino Médio das escolas em tempo integral.

RIO DE JANEIRO ¹²	2 aulas/semana	2 aulas/semana	2 aulas/semana	80h	240h
RIO GRANDE DO NORTE	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
RIO GRANDE DO SUL	1 aula/semana	*	*	40h	40h
RONDÔNIA	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h
RORAIMA	1 aula/semana	1 aula/semana	*	40h	80h
SANTA CATARINA	2 aulas/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	64h (1º ano) e 32h (2º e 3º ano)	128h
SÃO PAULO ¹³	2 aulas/semana	2 aulas/semana	*	80h	160h
SERGIPE ¹⁴	1 aula (1º e 2º semestre)	1 aula (3º semestre)	1 aula (6º semestre)	40h por semestre	160h
TOCANTINS	1 aula/semana	1 aula/semana	1 aula/semana	40h	120h

Tabela 02 - A presença da Filosofia pós novo Ensino Médio (elaboração própria)

É bom considerar um aspecto antes de qualquer análise de juízo. Do ponto de vista metodológico, a informação coletada para compor a última tabela foi extraída do referencial curricular que cada estado aprovou para as escolas de tempo integral. Além disso, foi considerada a carga horária da formação geram básica, compreendida como aquela que contempla as habilidades e competências da BNCC.

Por fim, vale destacar que, diferentemente do cenário pré novo Ensino Médio, a maioria dos estados manteve o caráter disciplinar da Filosofia, muito embora houvesse tido uma ligeira redução da carga horária destinada a ela ou, no melhor cenário, mantido o patamar existente antes da reforma. De igual modo, os estados de Sergipe e Santa Catarina aumentaram a carga horária destinada ao Ensino de Filosofia, o que não deixa de ser curioso diante do atual contexto político-educacional brasileiro.

¹² A realidade do Rio de Janeiro aponta que as escolas de ensino médio regular ofertam o componente curricular Filosofia apenas na 1º série, 1h/semana, significando redução da carga horária comparando com a existente antes da reforma.

¹³ Foi considerada a carga horária das escolas PEI que implementaram o novo Ensino Médio em 2021.

¹⁴ Sergipe optou organizar a matriz curricular por semestre letivo.

Alguns artigos sobre a Filosofia e a BNCC/Reforma do Ensino Médio

Por Jéssica Erd
(UFSM)

Desde a publicação da última versão da BNCC para o Ensino Médio, diversas pesquisas foram publicadas no intuito de debater a presença/ausência da Filosofia na Base e demais questões correlatas. Dentre estas pesquisas, estão aquelas veiculadas na REFilosofia - Revista Digital de Ensino de Filosofia, periódico especializado em produções sobre a temática do Ensino de Filosofia¹⁵.

A listagem abaixo (em ordem decrescente) de publicações sobre o tema foi identificada por Jéssica Erd, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSM, e estão disponíveis na página da REFilosofia: <https://periodicos.ufsm.br/refiloso>.

V. 8, 2022

A interdisciplinaridade no ensino de filosofia e sociologia e sua integração como “estudos e práticas” em face da BNCC de 2018

Autores: João Augusto Cardoso, Carlos José Martins, Rogério Bianchi de Araújo

O ensino de filosofia sob o controle da concepção de competências na BNCC

Autores: Helton Lima Soares, Vilma Nonato de Brício

Filosofia no Novo Ensino Médio: BNCC e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Autores: Erica Cristina Frau, Paulo Rogério da Silva, Daniel José de Araújo

O que pode o ensino de filosofia na BNCC?

Autores: André Luis La Salvia, Osvaldo Cunha Neto

¹⁵ Há, igualmente, pesquisas de maior fôlego sobre a temática sendo desenvolvidas em nível de mestrado e doutorado. Um exemplo é a tese de Silvia Cristina Barbosa, orientada pela professora Paula Ramos de Oliveira e defendida em 2021 junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/216084>. Acesso: 19 nov. 2022.



V. 7, 2021

O ensino de filosofia no contexto das competências e habilidades do novo ensino médio

Autores: Christian Lindberg Lopes do Nascimento, Nilmária Silveira Alves

Imaginação e possibilidades metodológicas no ensino de filosofia no contexto da BNCC

Autores: João Batista Andrade Filho, Evanildo Costeski

Prelúdios das proposições para a Filosofia na Reforma do Ensino Médio em Santa Catarina

Autores: Gilberto Oliari

Uma análise da Lei 13.415/17: o novo Ensino Médio e o lugar da Filosofia no Currículo

Autores: Rafael de Barros

49

V. 6, 2020

Que interdisciplinaridade a BNCC oferece à Filosofia? Aproximações à língua portuguesa

Autores: Thiago Gruner Conceição

Reformas curriculares e o ataque ao pensamento reflexivo: o sutil desaparecimento da filosofia no currículo da Educação Básica no Brasil

Autores: Altair Alberto Fávero, Junior Bufon Centenaro, Antonio Pereira dos Santos



Alguns debates sobre a BNCC e o Novo Ensino Médio em Observatórios de Filosofia

por Marcelo Guimarães

(UNIRIO)

Christian Lindberg Lopes do Nascimento

(UFS)

Como salientado em outras seções do presente relatório, desde a publicação da última versão da BNCC, diversas iniciativas foram realizadas no âmbito da Filosofia a fim de discutir a Base e o Novo Ensino Médio (NEM). Dentre elas, destacam-se os debates promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ensino (PPFEN) e pelo Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS) coordenado pelo Prof. Dr. Christian Lindberg Lopes do Nascimento.

Observatório do Ensino de Filosofia – PPFEN em parceria com o Projeto de Extensão Filosofia na Sala de Aula

Criado por docentes do PPFEN, programa de mestrado profissional vinculado ao CEFET-RJ, o Observatório do Ensino de Filosofia consistiu em um projeto de extensão realizado durante o ano letivo de 2022, em parceria com o projeto Filosofia na Sala de Aula, da UNIRIO.

O observatório compreendeu um ciclo de debates em torno da questão sobre as condições do ensino de filosofia hoje, que procurou reunir, em cada edição: um/a docente do PPFEN ou externo ao CEFET-RJ, um/a egresso do PPFEN, sob a mediação preferencialmente de um discente atual do PPFEN. Realizados de modo remoto, os encontros foram transmitidos no canal de YouTube do PPFEN. Para tanto, foi elaborada uma lista de temas que abrangem a discussão do NEM (novo ensino médio), da BNCC e do ensino de filosofia. Procurou-se partir de visões gerais sobre a BNCC e sobre a história do ensino de filosofia, para depois focar em componentes curriculares (áreas de conhecimento, itinerários formativos, projeto de vida), na institucionalização da reforma nas redes estaduais e federal, na apresentação da experiência da filosofia no ensino

fundamental, completando com a discussão mais ampla das condições de trabalho docente e a realização de uma mesa sobre a própria atividade do observatório, que deverá ser realizada no final do ano. Não se pretendeu com isso esgotar os temas relacionados com a questão geral, sendo que alguns outros temas específicos ainda ficaram para um novo ciclo de debates.

Ao todo foram realizadas 9 mesas no ano de 2022, abaixo indicadas¹⁶:

1. A BNCC e seus desafios – Dia 28/1 – Com: Edgar Lyra (PUC RIO), Lucas Leitão (SEEDUC/PPFEN), Fabiana Lessa (PPFEN).
2. História do Ensino de Filosofia no Brasil – Dia 18/2 – Com: Dirce Solis (UERJ), Dalton Alves (UNIRIO), Larissa Duarte (SEEDUC/PPFEN).
3. Itinerários Formativos na BNCC – Dia 18/3 – Com: Maicon Azevedo (PPFEN), Ana Cristina (PPFEN), Leonardo Couto (PPFEN)
4. Áreas de conhecimento da BNCC – Dia: 29/4 – Com: Rodrigo Braga (SEEDUC/PPFEN), Celso Ramos (SEEDUC/PPFEN), André la Salvia (UFABC).
5. Reforma do ensino médio nas redes estaduais – Dia 23/5 – Com: Fabiana Sousa (SEEDUC RJ), Silvio Carneiro (UFABC), Lianto Segreto (SEEDUC/PPFEN).
6. Institutos Federais e o NEM – Dias 28¹⁷ e 30/06¹⁸ – Debates organizados em parceria com o Coletivo Transparecer do CEFET e o SINASEFE.
7. Projeto de Vida e o novo ensino médio – Dia 25/7 – Com: Ana Karine Braggio (UNIOESTE), Halline Chiappini (PPFEN), Marcelo Guimarães (UNIRIO/PPFEN).
8. Filosofia no Ensino Fundamental – Dia 22/8 – Com: Liliane Sanchez (UFRRJ), Anderson Eugenio (SEEDUC/PPFEN), Elenita Soares (PPFEN).
9. Independência ou reforma: a profissão docente – Dia 24/10 – Com: Rodrigo Lamosa (UFRRJ), Nara Santana (CEFET), Max Ribeiro (PPFEN).

¹⁶ Com exceção do item 6, os debates ficaram gravados no canal PPFEN do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@ppfenpos-graduacaoemfiloso1227/streams>. Acesso: 20 nov. 2022.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tsByIluEh4>. Acesso: 20 nov. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xJRTS41hRvg>. Acesso: 20 nov. 2022.



Observatório do Ensino de Filosofia de Sergipe – OBSEFIS

O Observatório do Ensino de Filosofia de Sergipe (OBSEFIS) foi criado em 2021 como uma das metas do projeto a ser cumprida, visando a divulgação de informações atualizadas sobre o ensino de filosofia nas escolas públicas do estado de Sergipe. Somado a isso, o OBSEFIS busca disponibilizar conteúdos e materiais didáticos para professores de licenciatura em Filosofia, com o intuito de ampliar o conhecimento desses docentes e, sobretudo, complementar a grade curricular deles, segundo as novas mudanças do Novo Ensino Médio.

As atividades discutiram aspectos relacionados à presença da Filosofia no pós-BNCC, a Filosofia como Projeto de Vida, a presença da Filosofia no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Feminismo no Ensino de Filosofia com objetivo principal de compartilhar e estreitar as discussões sobre o Ensino da Filosofia na Base Nacional Comum Curricular. Desenvolvidos ao longo dos 18 meses de vigência do edital nº 02/202/FAPITEC/SEDUC, que subsidiou as investigações e atividades que deram origem ao Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe (OBSEFIS). Tendo como fio condutor o novo Ensino Médio.

As comunicações que foram apresentadas resultam das participações de professores de Filosofia de diversas instituições do país como: UNIRIO, UFS, DLES, UNB, UFFS, UFPE em conjunto com o OBSEFIS. Os encontros ocorreram de modo remoto através do canal do Youtube do Prof. Christian Lindberg¹⁹ nos anos de 2021 e 2022, nos quais foi apresentada uma série de debates acerca do Novo Ensino Médio e o Ensino de Filosofia.

Ao todo foram realizadas 4 atividades nos anos de 2021 e 2022, abaixo indicadas:

1. O Ensino de Filosofia no Pós-BNCC: e agora? - DIA 22/04/2021- Com Profa. Dra. Lara Sayão (vice-coordenadora do GT Filosofar e ensinar a filosofar da ANPOF) e Profa. MSc. Erica Frau (redatora da BNCC no estado de São Paulo).

¹⁹ Os debates ficaram gravados no canal do prof. Christian Lindberg no YouTube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLuefKtoIa-tQpUD9DcEn1kAtm-I7J3uo7>>; Acesso em: 21 de nov. de 2022.



2. Filosofia como Projeto de vida: e agora? - DIA 22/10/2021- Com Profa. Dra. Doris Cristina (DLES/UFS) e Prof. Dr. Marcelo Guimarães (Filosofia/UNIRIO).
3. A presença da Filosofia no PNLD: e agora? – DIA 28/05/2021 – Com Prof. Dr. Luís Fernando Silva (UFS) e Prof. Dr. Pedro Gontijo (UnB).
4. O feminismo no Ensino de Filosofia – DIA 26/05/2022- Com Profa. Dra. Valéria Wilke (UNIRIO) e Profa. MsC. Renata Dias (PPGF/UFS).

O Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa

por Patrícia Del Nero Velasco

(UFABC/ANPOF)

Desde 2019, a partir da pesquisa de pós-doutorado “A constituição do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: mapeamento da área na década de 2008 a 2018²⁰”, está em curso no Brasil a discussão sobre o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento ou subárea de pesquisa²¹. O que está aqui encerrado na nomenclatura “Ensino de Filosofia” é um campo científico produtor de conhecimentos e de práticas sociais próprios. Nesse sentido, compreende o conjunto de ações e produções que envolvem a temática: dos projetos de pesquisa às ações extensionistas, dos planos de aula para a Educação Básica aos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, das metodologias de ensino aos livros didáticos, das concepções de formação às concepções de Filosofia.

No debate supramencionado, podem-se identificar dois eixos centrais e, igualmente, três movimentos ou frentes de atuação.

O **primeiro eixo** mencionado corresponde à *virada-filosófica*²² ou *virada discursivo-filosófica* iniciada cerca de duas décadas atrás. Tendo como marco inaugural o I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, realizado em Piracicaba (SP), no ano 2000, as discussões sobre Ensino de Filosofia, anteriormente centradas nas ciências da educação, passam a ser assumidas como um problema genuinamente filosófico²³. Modifica-se, portanto, o eixo teórico de discussão sobre a problemática do ensino de filosofia: concomitantemente ao movimento de defesa da filosofia nas escolas, inaugura-

²⁰ Projeto realizado por Patrícia Del Nero Velasco sob a supervisão do Prof. Dr. Rodrigo Pelloso Gelamo, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP (Chamada CNPq N° 22/2018 - Bolsas Especiais no País e Exterior, Processo 148901/2018-2).

²¹ As noções de (sub)área de pesquisa e campo de conhecimento serão usadas de maneira indistinta, visto que a primeira costuma ser adotada nas agências de fomento à pesquisa e a segunda é mais usual no debate epistemológico acerca do Ensino de Filosofia.

²² Inspirados no “giro filosófico” de Ruggiero (2012), Rodrigues e Gelamo cunham a expressão “virada filosófica” para designar “esse posicionamento filosófico com o ensino de filosofia [que] é apresentado não como uma atitude individual, proposta de um sujeito-autor, mas [como] uma dinâmica coletiva (2021, p. 33).

²³ Cf. CERLETTI, A. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Tradução de Ingrid M. Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

se – na esteira do movimento latino-americano de mesma natureza – a criação de um campo de reflexão sobre o Ensino de Filosofia *na e a partir* da própria Filosofia.

Grande parte das ações e produções decorrentes do projeto coletivo de pensar o ensino de filosofia como problema filosófico foram, a partir de 2019, mapeadas por Velasco e por membros do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, permitindo ao grupo em questão agenciar um novo projeto, o qual configura o **segundo eixo** central do debate sobre o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento ou subárea de pesquisa, a saber, o do processo de *institucionalização* do campo teórico de pesquisa e reflexão filosóficas sobre a temática. Uma vez identificados o crescimento e a consolidação da área, passa-se a pleitear a legitimidade institucional para esta: a fim de viabilizar fomento para as pesquisas, autonomia do campo diante de possíveis mudanças de políticas educacionais e avaliação justa pelos pares (considerando a existência de uma extensa e significativa literatura específica da área), faz-se necessário o reconhecimento institucional do campo pela comunidade filosófica mais ampla e pelas agências de fomento à pesquisa.

Tendo como pano de fundo a virada discursivo-filosófica que caracteriza o primeiro eixo do debate sobre o campo, o (segundo) eixo do movimento de dar cidadania filosófica institucional à subárea de pesquisa desenvolve-se a partir de **três movimentos** realizados pelos agentes do campo. O **primeiro** deles envolve o mapeamento das produções bibliográficas sobre o tema. Este trabalho foi parcialmente publicizado na obra *Filosofar e Ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018*²⁴, na qual a autora recupera o histórico do grupo de trabalho em questão e reúne o acervo de produções e orientações de seus integrantes. O referido acervo é classificado em duas décadas (1997-2007 e 2008-2018), tendo como marco divisor a obrigatoriedade da disciplina de Filosofia no Ensino Médio²⁵. O acervo mais completo das produções dos/as

²⁴ VELASCO, P. D. N. *Filosofar e ensinar a Filosofar: registros do GT da ANPOF – 2006-2018*. Rio de Janeiro: NEFI Edições, 2020.

²⁵ Cf. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (posteriormente alterada pela Lei n. 13.415, de fevereiro de 2017). Cabe mencionar que embora tenha desencadeado um crescimento vertiginoso nas pesquisas sobre Ensino de Filosofia, a defesa da Filosofia como disciplina (ou componente curricular) obrigatório nas escolas não coincide com o movimento de cidadania filosófica do campo. Este último compreende a institucionalização da subárea de pesquisa Ensino de Filosofia junto à comunidade filosófica e às agências de fomento; aquele, por sua vez, corresponde à cidadania escolar da Filosofia na Educação Básica.

integrantes do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar e dos/as demais colegas da área de Ensino de Filosofia, por sua vez, foi finalizado por uma comissão do próprio GT e disponibilizado na página do LaPEFil – Laboratório de Pesquisa e Ensino de Filosofia (<https://lapefil.pesquisa.ufabc.edu.br>).

Por outro lado – e concomitantemente –, as reflexões sobre o campo do Ensino de Filosofia abarcam questões sobre seu estatuto epistemológico e, igualmente, sobre os aspectos político-institucionais envolvidos no processo de busca de cidadania filosófica para o campo em questão. Sobre o primeiro aspecto – **segundo movimento** dos agentes do campo –, a comunidade filosófica que compõe o GT Filosofar e Ensinar a Filosofar sustenta que “as questões-objeto da área são 1) indissociáveis da pergunta ‘que Filosofia?’ [...] e, nesse sentido, só podem ser pensadas dentro da própria Filosofia; 2) intrínsecas à prática; 3) permeadas por um compromisso político”²⁶. Isto significa que o primeiro traço distintivo do estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia corresponde à indissociabilidade entre o ensino da filosofia e as questões metafilosóficas; pesquisas e práticas no campo são atravessadas pelo inevitável questionamento acerca do que é filosofia e sobre as maneiras como as relações que cada docente mantém com a filosofia implicam no ofício de dar aula de cada professora e cada professor de filosofia.

Uma segunda singularidade do estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia compreende outro vínculo inseparável, neste caso, aquele entre teoria e prática. No campo em questão, teoria e prática são enredadas, uma vez que as práticas mobilizadas por todas e todos os envolvidos com o ensino e a aprendizagem filosóficos são objeto e/ou finalidade das pesquisas na área.

A terceira e última peculiaridade do campo do Ensino de Filosofia, segundo as/os integrantes do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, consiste no compromisso político implicado nas ações realizadas no campo. Este último, por sua vez, diz respeito tanto ao sentido amplo de uma formação filosófica que pretende contribuir para uma educação de qualidade, quanto ao sentido mais restrito da responsabilidade de refletir, sob a perspectiva filosófica, temas e problemas contemporâneos, como raça, decolonialidade e gênero.

²⁶ VELASCO, P. D. N. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. *Pro-Posições*, Campinas, SP, 2022, p. 9-10.

A discussão sobre o estatuto epistemológico do campo do Ensino de Filosofia a partir dos autores e autoras que o constituem pode ser encontrada em Velasco (2022[a]), texto no qual a leitora e o leitor encontram também reflexões sobre o caráter de interface da subárea de conhecimento aqui estudada; uma interface não só – como supra referido – entre teoria e prática, mas igualmente entre as grandes áreas de Filosofia, Educação e Ensino.

Como supracitado, além do mapeamento das produções bibliográficas sobre o tema e da discussão sobre o estatuto epistemológico, o debate sobre o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento também inclui um **terceiro movimento**, o das reflexões sobre os aspectos político-institucionais envolvidos no processo de busca de cidadania filosófica para a subárea de pesquisa em questão. Um processo que está em curso e teve início em 2021, ano em que uma subcomissão do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar²⁷ reuniu-se periodicamente para debater o tema e pensar ações, tendo em vista a almejada institucionalização da Filosofia do Ensino de Filosofia dentro da árvore do conhecimento das agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

As principais ações do supramencionado grupo integraram a programação do “Mês ANPOF Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo”, realizado na página institucional e no canal do Youtube da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, durante o mês de outubro de 2021. Foram organizadas uma mesa redonda, intitulada “Ensino de Filosofia como campo de conhecimento: revendo o cânone filosófico”²⁸, e criados dois textos: “O Ensino de Filosofia em números: a consolidação de um campo de conhecimento”, de Velasco, e “Filosofia do ensino de filosofia: por uma cidadania-filosófica”, assinado por Augusto Rodrigues e Rodrigo Gelamo, ambos

²⁷ A subcomissão em questão foi composta pelos professores e professoras: Américo Grisotto (UEL), Augusto Rodrigues (UNESP), Darcísio Muraro (UEL), Felipe Pinto (CEFET-RJ), Flávio Carvalho (UFCG), Jéssica Erd (UFMS), Lara Sayão (SEE-RJ), Leoni Henning (UEL), Marcos von Zuben (UERN), Patrícia Velasco (UFABC), Rodrigo Gelamo (UNESP) e Taís Pereira (CEFET-RJ).

²⁸ Participaram da mesa os professores Paulo Margutti Pinto (FAJE), pesquisador (dentre outras áreas) de Filosofia Brasileira e importante nome para a discussão do cânone da filosofia acadêmica brasileira, e Silvio Gallo (UNICAMP), este último integrante e um dos fundadores do GT, e Patrícia Velasco (UFABC), coordenadora da subcomissão do GT e pesquisadora do Ensino de Filosofia como campo de conhecimento.

publicados inicialmente no fórum da ANPOF “Cânone - uma proposta de debate”²⁹ e, no ano seguinte, na seção especial da *Revista Digital de Ensino de Filosofia*³⁰.

No processo de busca de cidadania filosófica para o Ensino de Filosofia, foi também veiculado o “Manifesto em defesa da Filosofia do Ensino de Filosofia como subárea de pesquisa filosófica”³¹, um documento criado no âmbito do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar e que pretende coletar assinaturas de pesquisadoras e pesquisadores de todos os níveis de ensino em prol do reconhecimento e da inclusão da Filosofia do Ensino de Filosofia como subárea da Filosofia dentro da árvore do conhecimento das agências de fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país.

Entende-se que o pleito de institucionalização do Ensino de Filosofia (ou Filosofia do Ensino de Filosofia, como usualmente chamado o campo) compreende o reconhecimento e legitimidade do trabalho já realizado por professores/as e pesquisadores/as da área e a oportunidade de uma avaliação mais justa de artigos, projetos e demais solicitações de fomento. Compreende, igualmente, a valorização de pesquisas que têm relevante e imediato impacto social, visto que o objeto de tais pesquisas é a prática e a formação docente. Compreende, por fim, o igualmente importante reconhecimento de um modo de fazer e produzir Filosofia que, além de atravessar áreas (uma vez que se finca nas fronteiras entre a Filosofia, a Educação e o Ensino), aproxima a escola e a universidade, propiciando uma articulação dos diferentes níveis de ensino (do ensino fundamental à pós-graduação). Imprescindível articulação para uma educação filosófica efetivamente significativa³².

²⁹ Estas, assim como todas as produções que compõem o “Mês ANPOF Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo”, estão publicizadas na página institucional da ANPOF (Disponível em: <https://www.anpof.org.br/comunicacoes/boletim/boletim-especial-ensino-de-filosofia-por-uma-cidadania-filosofica-do-campo>. Acesso: 09 jun. 2022).

³⁰ VELASCO, P. D. N. (Org.). Seção especial: ANPOF - Ensino de Filosofia: por uma cidadania filosófica do campo. *Revista Digital de Ensino de Filosofia*, v. 8, 2022;

³¹ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScdO5LNCCX10p3yR4FT6rl8SaeFyHpMLdbKqL65Txin2BHh6Q/viewform>. Acesso: 09 jun. 2022.

³² Sobre o assunto, cf. SEVERINO, A. J.; LORIERI, M. A.; GALLO, S. (Org.). O papel formativo da filosofia. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.



Sinalizações da Área de Filosofia da CAPES para o novo governo

por Nythamar de Oliveira

(PUCRS/CNPq³³)

A área de Filosofia possui hoje 52 programas de pós-graduação acadêmicos e um programa profissional (Mestrado) no País, abrigando uma das maiores comunidades filosóficas do mundo, com programas de excelência equiparáveis aos dos maiores centros na Europa e EUA. A mais importante reivindicação da nossa área é, sem dúvida, a retomada dos investimentos na Educação, incluindo a recuperação dos orçamentos da CAPES, do CNPq e das verbas destinadas a universidades e estruturas de pesquisa, que sofreram drásticos cortes orçamentários nos últimos anos, afetando diretamente a produção científica brasileira e acarretando numa preocupante redução de bolsas para pesquisadores e estudantes de pós-graduação.

A área de Filosofia acredita que a excelência da pós-graduação deve promover a sua integração orgânica com os cursos de graduação, através de programas de Iniciação Científica e de vários programas que foram extintos ou sucateados como o PET, o PIBID e iniciativas afins, retomando destarte o debate público sobre a obrigatoriedade do ensino de Filosofia em nossas escolas de Ensino Médio.

Portanto, a nossa comunidade filosófica espera deste novo governo que coloque a Educação novamente como meta prioritária de políticas públicas, incluindo a implementação do turno integral para escolas públicas, a formação e a qualificação de professores da educação básica, com equiparação salarial com relação às carreiras públicas (incluindo uma reforma administrativa e previdenciária que revise as remunerações abusivas das carreiras de magistrados e militares) e com a abertura de concursos públicos em todo o País.

É preciso estruturar um plano de carreira mais atrativo para o magistério, de modo que os melhores alunos do ensino médio possam se interessar por seguir essa profissão, como ocorre em todas as democracias consolidadas do mundo. Lembramos, assim, o

³³ Coordenador de Área da Filosofia – CAPES (2018-2022).



exemplo das políticas públicas induzidas por programas da CAPES como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), visando o fomento a projetos de estudos, pesquisas e inovação, desenvolvendo um conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério, integrando programas profissionais, pós-graduação e graduação com o ensino básico em um País onde quase tudo ainda está por ser feito, em meio ao obscurantismo e mediocridade que dominam nossas redes sociais e instituições caça-níqueis --instituições de ensino superior sem qualificação e mesmo sem condições de cancelar seus certificados e diplomas.



ANEXO

Citado na seção “Filosofia como Componente Curricular no Ensino Fundamental: aprendizados e desafios a partir da experiência de mais de 20 anos em Porto Alegre”



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

GESTÃO PEDAGÓGICA
UNIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL

CURRÍCULO PRIORIZADO POR COMPONENTE CURRICULAR

O documento abaixo foi construído por meio de uma consulta feita com as escolas da Rede. Nesta oportunidade as habilidades de cada objetivo de conhecimento foram elencadas de acordo com a realidade imposta pela pandemia, sendo elas entendidas como as mínimas a serem alcançadas em cada ano. O currículo foi estruturado a partir das habilidades prioritárias para cada ano de ensino, mas deve ser compreendido de forma cumulativa entendendo que ao final do 9º ano do ensino fundamental todas as habilidades dos anos anteriores tenham sido contempladas.

CURRÍCULO PRIORIZADO POR COMPONENTE CURRICULAR
(Com base na BNCC)

LÍNGUA PORTUGUESA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Protocolos de leitura	(EF01LP01) Reconhecer que textos são lidos e escritos da esquerda para a direita e de cima para baixo da página.
Correspondência fonema-grafema	(EF01LP02) Escrever, espontaneamente ou por ditado, palavras e frases de forma alfabética – usando letras/grafemas que representem fonemas.
Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	(EF01LP03) Observar escritas convencionais, comparando-as às suas produções escritas, percebendo semelhanças e diferenças.
Construção do sistema alfabético	(EF01LP05) Reconhecer o sistema de escrita alfabética como representação dos sons da fala.
	(EF01LP12) Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco.
Construção do sistema alfabético e da ortografia	(EF02LP02) Segmentar palavras em sílabas e remover e substituir sílabas iniciais, mediais ou finais para criar novas palavras.
	(EF02LP03) Ler e escrever palavras com correspondências regulares diretas entre letras e fonemas (f, v, t, d, p, b) e correspondências regulares contextuais (c e q; e e o, em posição átona em final de palavra).
	(EF02LP04) Ler e escrever corretamente palavras com sílabas CV, V, CVC, CCV, identificando que existem vogais em todas as sílabas.
Segmentação de palavras/Classificação de palavras por número de sílabas	(EF01LP12) Reconhecer a separação das palavras, na escrita, por espaços em branco.
Compreensão em leitura	(EF01LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, quadras, quadrinhas, parlendas, trava-línguas, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.
Escrita compartilhada	(EF01LP21) Escrever, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas de regras e regulamentos que organizam a vida na comunidade escolar, dentre outros gêneros do campo da atuação cidadã, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

Escrita autônoma e compartilhada	(EF01LP17) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, listas, agendas, calendários, avisos, convites, receitas, instruções de montagem e legendas para álbuns, fotos ou ilustrações (digitais ou impressos), dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
	(EF01LP25) Produzir, tendo o professor como escriba, recontagens de histórias lidas pelo professor, histórias imaginadas ou baseadas em livros de imagens, observando a forma de composição de textos narrativos (personagens, enredo, tempo e espaço).
Formas de composição de narrativas	(EF01LP26) Identificar elementos de uma narrativa lida ou escutada, incluindo personagens, enredo, tempo e espaço.
Produção de texto oral	(EF03LP15) Assistir, em vídeo digital, a um programa de culinária infantil e, a partir dele, planejar e produzir receitas em áudio ou vídeo.
Produção de texto	(EF01LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, diagramas, entrevistas, curiosidades, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
Escuta atenta	(EF15LP10) Escutar, com atenção, falas de professores e colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	(EF02LP01) Utilizar, ao produzir o texto, grafia correta de palavras conhecidas ou com estruturas silábicas já dominadas, letras maiúsculas em início de frases e em substantivos próprios, segmentação entre as palavras, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação.
Conhecimento das diversas grafias do alfabeto	(EF01LP11) Conhecer, diferenciar e relacionar letras em formato imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas.
Compreensão em leitura	(EF15LP01) Identificar a função social de textos que circulam em campos da vida social dos quais participa cotidianamente (a casa, a rua, a comunidade, a escola) e nas mídias impressa, de massa e digital, reconhecendo para que foram produzidos, onde circulam, quem os produziu e a quem se destinam.
	(EF15LP04) Identificar o efeito de sentido produzido pelo uso de recursos expressivos gráfico-visuais em textos multissemióticos.
	(EF02LP12) Ler e compreender com certa autonomia cantigas, letras de canção, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto e relacionando sua forma de organização à sua finalidade.
	(EF15LP16) Ler e compreender, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor e, mais tarde, de maneira autônoma, textos narrativos de maior porte como contos (populares, de fadas, acumulativos, de assombração etc.) e crônicas.
	(EF15LP03) Localizar informações explícitas em textos.
Escrita colaborativa	(EF03LP13) Planejar e produzir cartas pessoais e diários, com expressão de sentimentos e opiniões, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções dos gêneros carta e diário e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
Escrita autônoma e compartilhada	(EF02LP27) Reescrever textos narrativos literários lidos pelo professor.
Forma de composição do texto	(EF03LP23) Analisar o uso de adjetivos em cartas dirigidas a veículos da mídia impressa ou digital (cartas do leitor ou de reclamação a jornais ou revistas), digitais ou impressas.
Produção de texto oral	(EF02LP19) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, notícias curtas para público infantil, para compor jornal falado que possa ser repassado oralmente ou em meio digital, em áudio ou vídeo, dentre outros gêneros do campo jornalístico, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.

Produção de texto	(EF02LP22) Planejar e produzir, em colaboração com os colegas e com a ajuda do professor, pequenos relatos de experimentos, entrevistas, verbetes de enciclopédia infantil, dentre outros gêneros do campo investigativo, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.
Contagem de histórias	(EF15LP19) Recontar oralmente, com e sem apoio de imagem, textos literários lidos pelo professor.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Protocolos de leitura	(EF35LP01) Ler e compreender, silenciosamente e, em seguida, em voz alta, com autonomia e fluência, textos curtos com nível de textualidade adequado.
Construção do sistema alfabético/ Convenções da escrita	(EF15LP06) Re ler e revisar o texto produzido com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, para corrigi-lo e aprimorá-lo, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de ortografia e pontuação.
	(EF15LP08) Utilizar software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.
Conhecimento do alfabeto	(EF04LP03) Localizar palavras no dicionário para esclarecer significados, reconhecendo o significado mais plausível para o contexto que deu origem à consulta
Conhecimento das diversas grafias do alfabeto	(EF02LP07) Escrever palavras, frases, textos curtos nas formas imprensa e cursiva.
Sinonímia e antonímia/ Morfologia/Pontuação	(EF01LP15) Agrupar palavras pelo critério de aproximação de significado (sinonímia) e separar palavras pelo critério de oposição de significado (antonímia).
Compreensão em leitura	(EF04LP14) Identificar, em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado.
	(EF04LP15) Distinguir fatos de opiniões/sugestões em textos (informativos, jornalísticos, publicitários etc.).
	(EF05LP16) Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê.
	(EF05LP09) Ler e compreender, com autonomia, textos instrucional de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.
	(EF05LP22) Ler e compreender verbetes de dicionário, identificando a estrutura, as informações gramaticais (significado de abreviaturas) e as informações semânticas.
	(EF35LP04) Inferir informações implícitas nos textos lidos.
Escrita autônoma e compartilhada	(EF15LP08) Utilizar software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.
	(EF02LP13) Planejar e produzir bilhetes e cartas, em meio impresso e/ou digital, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.

	(EF04LP22) Planejar e produzir, com certa autonomia, verbetes de enciclopédia infantil, digitais ou impressos, considerando a situação comunicativa e o tema/ assunto/finalidade do texto.
	(EF05LP17) Produzir roteiro para edição de uma reportagem digital sobre temas de interesse da turma, a partir de buscas de informações, imagens, áudios e vídeos na internet, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
Forma de composição dos textos/Adequação do texto às normas de escrita	(EF01LP24) Identificar e reproduzir, em enunciados de tarefas escolares, diagramas, entrevistas, curiosidades, digitais ou impressos, a formatação e diagramação específica de cada um desses gêneros, inclusive em suas versões orais.
Forma de composição do texto	(EF02LP17) Identificar e reproduzir, em relatos de experiências pessoais, a sequência dos fatos, utilizando expressões que marquem a passagem do tempo (“antes”, “depois”, “ontem”, “hoje”, “amanhã”, “outro dia”, “antigamente”, “há muito tempo” etc.), e o nível de informatividade necessário.
Produção de texto	(EF05LP19) Argumentar oralmente sobre acontecimentos de interesse social, com base em conhecimentos sobre fatos divulgados em TV, rádio, mídia impressa e digital, respeitando ponto de vista diferentes.
Escrita colaborativa	(EF03LP14) Planejar e produzir textos injuntivos instrucionais, com a estrutura própria desses textos (verbos imperativos, indicação de passos a ser seguidos) e mesclando palavras, imagens e recursos gráfico-visuais, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto do texto.
	(EF05LP12) Planejar e produzir, com autonomia, textos instrucionais de regras de jogo, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, de acordo com as convenções do gênero e considerando a situação comunicativa e a finalidade do texto.
Imagens analíticas em textos	(EF04LP20) Reconhecer a função de gráficos, diagramas e tabelas em textos, como forma de apresentação de dados e informações.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Escrita	(EF04LP01) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema- grafema regulares diretas e contextuais
	(EF05LP01) Grafar palavras utilizando regras de correspondência fonema-grafema regulares, contextuais e morfológicas e palavras de uso frequente com correspondências irregulares.
Ortografia Acentuação	(EF67LP32) - Escrever palavras com correção ortográfica, obedecendo as convenções da língua escrita.
	(EF05LP03) Acentuar corretamente palavras oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. (EF05LP03RS-1) Identificar a tonicidade nas palavras, empregando a acentuação corretamente.
Pontuação	(EF04LP05) - Identificar a função na leitura e usar, adequadamente, na escrita ponto final, de interrogação, de exclamação, dois-pontos e travessão em diálogos (discurso direto), vírgula em enumerações e em separação de vocativo e de aposto.
Estratégias de leitura Apreciação	(EF05LP22) Ler e compreender verbetes de dicionário, identificando a estrutura, as informações gramaticais (significado de abreviaturas) e as informações semânticas.
Planejamento e produção textual	(EF67LP31) Criar poemas compostos por versos livres e de forma fixa (como quadras e sonetos), utilizando recursos visuais, semânticos e sonoros, tais como cadências, ritmos e rimas, e poemas visuais e vídeo-poemas, explorando as relações entre imagem e texto verbal, a distribuição da mancha gráfica (poema visual) e outros recursos visuais e sonoros.
Escuta de textos orais	(EF35LP18) Escutar, com atenção, apresentações de trabalhos realizadas por colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.
Compreensão de leitura	(EF04LP14) Identificar, em notícias, fatos, participantes, local e momento/tempo da ocorrência do fato noticiado.
	(EF04LP15) Distinguir fatos de opiniões/sugestões em textos (informativos, jornalísticos, publicitários etc.).

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Ordem alfabética Polissemia	(EF05LP02) Identificar o caráter polissêmico das palavras (uma mesma palavra com diferentes significados, de acordo com o contexto de uso), comparando o significado de determinados termos utilizados nas áreas científicas com esses mesmos termos utilizados na linguagem usual.
Morfologia	(EF06LP03) Analisar diferenças de sentido entre palavras de uma série sinonímica.
	(EF07LP03) Formar, com base em palavras primitivas, palavras derivadas com os prefixos e sufixos mais produtivos no português.
Morfossintaxe	(EF06LP11) Utilizar, ao produzir texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais: tempos verbais, concordância nominal e verbal, regras ortográficas, pontuação etc.
Estratégias de leitura Apreciação	(EF69LP03) Identificar, em notícias, o fato central, suas principais circunstâncias e eventuais decorrências; em reportagens e fotorreportagens o fato ou a temática retratada e a perspectiva de abordagem, em entrevistas os principais temas/subtemas abordados, explicações dadas ou teses defendidas em relação a esses subtemas; em tirinhas, memes, charge, a crítica, ironia ou humor presente.
Planejamento e produção textual	(EF69LP11) Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar frente a eles.
	(EF35LP07) Utilizar, ao produzir um texto, conhecimentos linguísticos e gramaticais, tais como ortografia, regras básicas de concordância nominal e verbal, pontuação (ponto final, ponto de exclamação, ponto de interrogação, vírgulas em enumerações) e pontuação do discurso direto, quando for o caso.
	(EF67LP22) Produzir resumos, a partir das notas e/ou esquemas feitos, com o uso adequado de paráfrases e citações

<p>Produção de textos orais</p>	<p>(EF69LP53) Ler em voz alta textos literários diversos – como contos de amor, de humor, de suspense, de terror; crônicas líricas, humorísticas, críticas; bem como leituras orais capituladas (compartilhadas ou não com o professor) de livros de maior extensão, como romances, narrativas de enigma, narrativas de aventura, literatura infantojuvenil, – contar/recontar histórias tanto da tradição oral (causos, contos de esperteza, contos de animais, contos de amor, contos de encantamento, piadas, dentre outros) quanto da tradição literária escrita, expressando a compreensão e interpretação do texto por meio de uma leitura ou fala expressiva e fluente, que respeite o ritmo, as pausas, as hesitações, a entonação indicados tanto pela pontuação quanto por outros recursos gráfico-editoriais, como negritos, itálicos, caixa-alta, ilustrações etc., gravando essa leitura ou esse conto/reconto, seja para análise posterior, seja para produção de audiobooks de textos literários diversos ou de podcasts de leituras dramáticas com ou sem efeitos especiais e ler e/ou declamar poemas diversos, tanto de forma livre quanto de forma fixa (como quadras, sonetos, liras, haicais etc.), empregando os recursos linguísticos, paralinguísticos e cinésicos necessários aos efeitos de sentido pretendidos, como o ritmo e a entonação, o emprego de pausas e prolongamentos, o tom e o timbre vocais, bem como eventuais recursos de gestualidade e pantomima que convenham ao gênero poético e à situação de compartilhamento em questão.</p>
<p>Escuta de textos orais</p>	<p>(EF35LP18) Escutar, com atenção, apresentações de trabalhos realizadas por colegas, formulando perguntas pertinentes ao tema e solicitando esclarecimentos sempre que necessário.</p>
<p>Compreensão de leitura</p>	<p>(EF05LP16) Comparar informações sobre um mesmo fato veiculadas em diferentes mídias e concluir sobre qual é mais confiável e por quê.</p>

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Morfossintaxe	(EF06LP05) Identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.
	(EF07LP06) Empregar as regras básicas de concordância nominal e verbal em situações comunicativas e na produção de textos.
	(EF07LP07) Identificar, em textos lidos ou de produção própria, a estrutura básica da oração: sujeito, predicado, complemento (objetos direto e indireto).
	(EF07LP04) Reconhecer, em textos, o verbo como núcleo das orações.
	(EF07LP08) Identificar, em textos lidos e de produção própria, adjetivos que ampliam o sentido do substantivo, sujeito ou complemento verbal.
Estratégias de leitura Apreciação	EF89LP33 - Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.
	(EF69LP05) Inferir e justificar, em textos multissemióticos – tirinhas, charges, memes, gifs etc. –, o efeito de humor, ironia e/ou crítica pelo uso ambíguo de palavras, expressões ou imagens ambíguas, de clichês, de recursos iconográficos, de pontuação etc.
Planejamento e produção textual	(EF69LP10) Produzir notícias para rádios, TV ou vídeos, podcasts noticiosos e de opinião, entrevistas, comentários, vlogs, jornais radiofônicos e televisivos, dentre outros possíveis, relativos a fato e temas de interesse pessoal, local ou global e textos orais de apreciação e opinião – podcasts e vlogs noticiosos, culturais e de opinião, orientando-se por roteiro ou texto, considerando o contexto de produção e demonstrando domínio dos gêneros.
	(EF67LP30) Criar narrativas ficcionais, tais como contos populares, contos de suspense, mistério, terror, humor, narrativas de enigma, crônicas, histórias em quadrinhos, dentre outros, que utilizem cenários e personagens realistas ou de fantasia, observando os elementos da estrutura narrativa próprios ao gênero pretendido, tais como enredo, personagens, tempo, espaço e narrador, utilizando tempos verbais adequados à narração de fatos passados, empregando conhecimentos sobre diferentes modos de se iniciar uma história e de inserir os

	discursos direto e indireto.
Revisão do texto	(EF69LP08) Revisar/editar o texto produzido – notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, dentre outros –, tendo em vista sua adequação ao contexto de produção, a mídia em questão, características do gênero, aspectos relativos à textualidade, a relação entre as diferentes semioses, a formatação e uso adequado das ferramentas de edição (de texto, foto, áudio e vídeo, dependendo do caso) e adequação à norma culta.
Análise linguística/semiótica	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.
	(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.

9ºANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Morfossintaxe	(EF09LP05) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, orações com a estrutura sujeito-verbo de ligação-predicativo.
	(EF09LP06) Diferenciar, em textos lidos e em produções próprias, o efeito de sentido do uso dos verbos de ligação “ser”, “estar”, “ficar”, “parecer” e “permanecer”.
	(EF09LP08) Identificar, em textos lidos e em produções próprias, a relação que conjunções (e locuções conjuntivas) coordenativas e subordinativas estabelecem entre as orações que conectam.
	(EF09LP11) Inferir efeitos de sentido decorrentes do uso de recursos de coesão sequencial (conjunções e articuladores textuais).
Variação linguística	(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.
Figuras de linguagem	(EF67LP38) Analisar os efeitos de sentido das figuras de linguagem com comparação, metáfora, metonímia, personificação, hipérbole, dentre outras.
Relação entre textos	(EF89LP32) Analisar os efeitos de sentido decorrentes do uso de mecanismos de intertextualidade (referências, alusões, retomadas) entre os textos literários, entre esses textos literários e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, artes visuais e midiáticas, música), quanto aos temas, personagens, estilos, autores etc., e entre o texto original e paródias, paráfrases, pastiches, trailer honesto, vídeos-minuto, vidding, dentre outros.
Coesão	(EF08LP15) Estabelecer relações entre partes do texto, identificando o antecedente de um pronome relativo ou o referente comum de uma cadeia de substituições lexicais.
Fono-ortografia	(EF09LP04) Escrever textos corretamente, de acordo com a norma-padrão, com estruturas sintáticas complexas no nível da oração e do período.
Estratégias de leitura Apreciação e réplica	(EF89LP33) Ler, de forma autônoma, e compreender – selecionando procedimentos e estratégias de leitura adequados a diferentes objetivos e levando em conta características dos gêneros e suportes – romances, contos contemporâneos, minicontos, fábulas contemporâneas, romances juvenis, biografias romanceadas, novelas, crônicas visuais, narrativas de ficção científica, narrativas de suspense, poemas de forma livre e fixa (como haicai), poema concreto, ciberpoema, dentre outros, expressando avaliação sobre o texto lido e estabelecendo preferências por gêneros, temas, autores.
Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos Caracterização do campo	(EF09LP01) Analisar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais e desenvolver estratégias para reconhecê-las, a partir da verificação/avaliação do veículo, fonte, data e local da publicação, autoria, URL, da análise da

<p>jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital</p>	<p>formatação, da comparação de diferentes fontes, da consulta a sites de curadoria que atestam a fidedignidade do relato dos fatos e denunciam boatos etc.</p>
<p>Marcas linguísticas Intertextualidade</p>	<p>(EF69LP43) Identificar e utilizar os modos de introdução de outras vozes no texto – citação literal e sua formatação e paráfrase –, as pistas linguísticas responsáveis por introduzir no texto a posição do autor e dos outros autores citados (“Segundo X; De acordo com Y; De minha/nossa parte, penso/amos que”...) e os elementos de normatização (tais como as regras de inclusão e formatação de citações e paráfrases, de organização de referências bibliográficas) em textos científicos, desenvolvendo reflexão sobre o modo como a intertextualidade e a retextualização ocorrem nesses textos.</p>

EDUCAÇÃO FÍSICA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Brincadeiras e jogos da cultura popular regional, do mundo, do Brasil, de matriz indígena e africana	(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas.
	(EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem.
Esportes de marca Esportes de precisão	(EF12EF05) Experimentar e fruir, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo, a prática de esportes de marca e de precisão, identificando os elementos comuns a esses esportes.
	(EF12EF06) Discutir a importância da observação das normas e das regras dos esportes de marca e de precisão para assegurar a integridade própria e as dos demais participantes.
Ginástica geral	(EF35EF07) Experimentar e fruir, de forma coletiva, combinações de diferentes elementos da ginástica geral (equilíbrios, saltos, giros, rotações, acrobacias, com e sem materiais), propondo coreografias com diferentes temas do cotidiano.
	(EF35EF08) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios na execução de elementos básicos de apresentações coletivas de ginástica geral, reconhecendo as potencialidades e os limites do corpo e adotando procedimentos de segurança.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p align="center">Brincadeiras e jogos da cultura popular regional, do mundo, do Brasil, de matriz indígena e africana</p>	<p>(EF35EF01) Experimentar e fruir brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e recriá-los, valorizando a importância desse patrimônio histórico cultural.</p>
	<p>(EF35EF02) Planejar e utilizar estratégias para possibilitar a participação segura de todos os alunos em brincadeiras e jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana.</p>
<p align="center">Danças (do contexto comunitário e regional do Brasil, do mundo, de matriz indígena e africana)</p>	<p>(EF35EF09) Experimentar, recriar e fruir danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana, valorizando e respeitando os diferentes sentidos e significados dessas danças em suas culturas de origem.</p>
	<p>(EF35EF10) Comparar e identificar os elementos constitutivos comuns e diferentes (ritmo, espaço, gestos) em danças populares do Brasil e do mundo e danças de matriz indígena e africana.</p>
<p align="center">Lutas Lutas de matriz indígena e africana</p>	<p>(EF35EF13) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas presentes no contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana.</p>

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>Brincadeiras e jogos da cultura popular regional, do mundo, do Brasil, de matriz indígena e africana</p>	<p>(EF35EF03) Descrever, por meio de múltiplas linguagens (corporal, oral, escrita, audiovisual), as brincadeiras e os jogos populares do Brasil e de matriz indígena e africana, explicando suas características e a importância desse patrimônio histórico cultural na preservação das diferentes culturas.</p>
	<p>(EF35EF04) Recriar, individual e coletivamente, e experimentar, na escola e fora dela, brincadeiras e jogos populares do Brasil e do mundo, incluindo aqueles de matriz indígena e africana, e demais práticas corporais tematizadas na escola, adequando-as aos espaços públicos disponíveis.</p>
<p>Esportes de campo e taco Esportes de rede/parede Esportes de invasão</p>	<p>(EF35EF05) Experimentar e fruir diversos tipos de esportes de campo e taco, rede/parede e invasão, identificando seus elementos comuns e criando estratégias individuais e coletivas básicas para sua execução, prezando pelo trabalho coletivo e pelo protagonismo.</p>
	<p>(EF35EF06) Diferenciar os conceitos de jogo e esporte, identificando as características que os constituem na contemporaneidade e suas manifestações (profissional e comunitária/lazer).</p>
<p>Lutas Lutas de matriz indígena e africana</p>	<p>(EF35EF14) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana experimentadas, respeitando o colega como oponente e as normas de segurança.</p>
	<p>(EF35EF15) Identificar as características das lutas do contexto comunitário e regional e lutas de matriz indígena e africana, reconhecendo as diferenças entre lutas e brigas e entre lutas e as demais práticas corporais.</p>

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Jogos eletrônicos	(EF67EF01) Experimentar e fruir, na escola e fora dela, jogos eletrônicos diversos, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais e etários. (EF67EF02) Identificar as transformações nas características dos jogos eletrônicos em função dos avanços das tecnologias e nas respectivas exigências corporais colocadas por esses diferentes tipos de jogos.
Esportes de marca, de precisão, de invasão e técnico-combinatórios	(EF67EF03) Experimentar e fruir esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Esportes de rede/parede, de campo e taco, de invasão e de combate	(EF89EF01) Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
Ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal	(EF67EF08/EF89EF07) Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática, reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito
Danças urbanas	(EF67EF11) Experimentar, fruir e recriar danças urbanas, identificando seus elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos).
Lutas no mundo e no Brasil	(EF67EF14/EF89EF16) Experimentar, fruir e recriar diferentes lutas do Brasil e do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente.
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF67EF20) Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Esportes de marca, de precisão, de invasão e técnico-combinatórios	(EF67EF05) Planejar e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de marca, precisão, invasão e técnico-combinatórios como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica.
	(EF67EF06) Analisar as transformações na organização e na prática dos esportes em suas diferentes manifestações (profissional e comunitário/lazer).
Ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal	(EF67EF08) Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.
	(EF67EF10) Diferenciar exercício físico de atividade física e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora do ambiente escolar.
Danças urbanas	(EF67EF12) Planejar e utilizar estratégias para aprender elementos constitutivos das danças urbanas.
	(EF67EF13) Diferenciar as danças urbanas das demais manifestações da dança, valorizando e respeitando os sentidos e significados atribuídos a eles por diferentes grupos sociais.
Lutas no mundo e no Brasil	(EF67EF16) Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas do Brasil.
	(EF67EF17) Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF67EF21/EF89EF21) Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas bem como suas transformações históricas.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Esportes de rede/parede, de campo e taco, de invasão e de combate	(EF89EF01) Experimentar diferentes papéis (jogador, árbitro e técnico) e fruir os esportes de rede/parede, campo e taco, invasão e combate, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo.
	(EF89EF03) Formular e utilizar estratégias para solucionar os desafios técnicos e táticos, tanto nos esportes de campo e taco, rede/parede, invasão e combate como nas modalidades esportivas escolhidas para praticar de forma específica.
Ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal	(EF89EF07) Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos, identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito.
	(EF89EF08) Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.).
Danças de salão	(EF89EF12) Experimentar, fruir e recriar danças de salão, valorizando a diversidade cultural e respeitando a tradição dessas culturas.
	(EF89EF13) Planejar e utilizar estratégias para se apropriar dos elementos constitutivos (ritmo, espaço, gestos) das danças de salão.
Lutas no mundo e no Brasil	(EF67EF16) Identificar as características (códigos, rituais, elementos técnico-táticos, indumentária, materiais, instalações, instituições) das lutas do Brasil.
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF67EF21/EF89EF21) Identificar a origem das práticas corporais de aventura e as possibilidades de recriá-las, reconhecendo as características (instrumentos, equipamentos de segurança, indumentária, organização) e seus tipos de práticas bem como suas transformações históricas.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Esportes de rede/parede, de campo e taco, de invasão e de combate	(EF89EF04) Identificar os elementos técnicos ou técnico-táticos individuais, combinações táticas, sistemas de jogo e regras das modalidades esportivas praticadas, bem como diferenciar as modalidades esportivas com base nos critérios da lógica interna das categorias de esporte: rede/parede, campo e taco, invasão e combate.
	(EF89EF05) Identificar as transformações históricas do fenômeno esportivo e discutir alguns de seus problemas (doping, corrupção, violência etc.) e a forma como as mídias os apresentam.
Ginástica de condicionamento físico e de conscientização corporal	(EF89EF09) Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais.
	(EF89EF10) Experimentar e fruir um ou mais tipos de ginástica de conscientização corporal, identificando as exigências corporais dos mesmos.
Danças de salão	(EF89EF14) Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais práticas corporais e propor alternativas para sua superação.
	(EF89EF15) Analisar as características (ritmos, gestos, coreografias e músicas) das danças de salão, bem como suas transformações históricas e os grupos de origem.
Lutas no mundo e no Brasil	(EF89EF17) Planejar e utilizar estratégias básicas das lutas experimentadas, reconhecendo as suas características técnico-táticas.
	(EF89EF18) Discutir as transformações históricas, o processo de esportivização e a midiaticização de uma ou mais lutas, valorizando e respeitando as culturas de origem.
Práticas corporais de aventura urbanas	(EF89EF19) Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura na natureza, valorizando a própria segurança e integridade física, bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.
	(EF89EF20) Identificar riscos, formular estratégias e observar normas de segurança para superar os desafios na realização de práticas corporais de aventura na natureza.

LÍNGUA ESTRANGEIRA

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF06LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua estrangeira.
	(EF06LI02) Coletar informações do grupo, perguntando e respondendo sobre a família, os amigos, a escola e a comunidade.
Produção de textos orais	(EF06LI06) Planejar apresentação sobre a família, a comunidade e a escola, compartilhando-a oralmente com o grupo.
Produção de textos escritos	(EF06LI15) Produzir textos escritos em língua estrangeira (histórias em quadrinhos, cartazes, chats, blogues, agendas, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, sua comunidade e seu contexto escolar.
Compreensão	(EF07LI09) Selecionar, em um texto, a informação desejada como objetivo de leitura.
Construção de repertório lexical	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Países com língua inglesa	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua estrangeiras (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF06LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua estrangeira.
	(EF06LI02) Coletar informações do grupo, perguntando e respondendo sobre a família, os amigos, a escola e a comunidade.
Produção de textos orais	(EF06LI05) Aplicar os conhecimentos da língua estrangeira para falar de si e de outras pessoas, explicitando informações pessoais e características relacionadas a gostos, preferências e rotinas.
	(EF06LI06) Planejar apresentação sobre a família, a comunidade e a escola, compartilhando-a oralmente com o grupo.
Produção de textos escritos	(EF06LI15) Produzir textos escritos em língua estrangeira (histórias em quadrinhos, cartazes, chats, blogues, agendas, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, sua comunidade e seu contexto escolar.
Compreensão	(EF07LI09) Selecionar, em um texto, a informação desejada como objetivo de leitura.
	(EF07LI10) Escolher, em ambientes virtuais, textos em língua estrangeira, de fontes confiáveis, para estudos/pesquisas escolares.
Construção de repertório lexical	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Países com língua inglesa	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua estrangeiras (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF06LI01) Interagir em situações de intercâmbio oral, demonstrando iniciativa para utilizar a língua estrangeira.
	(EF06LI02) Coletar informações do grupo, perguntando e respondendo sobre a família, os amigos, a escola e a comunidade.
Produção de textos orais	(EF06LI05) Aplicar os conhecimentos da língua estrangeira para falar de si e de outras pessoas, explicitando informações pessoais e características relacionadas a gostos, preferências e rotinas.
	(EF06LI06) Planejar apresentação sobre a família, a comunidade e a escola, compartilhando-a oralmente com o grupo.
Produção de textos escritos	(EF06LI15) Produzir textos escritos em língua estrangeira (histórias em quadrinhos, cartazes, chats, blogues, agendas, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, sua comunidade e seu contexto escolar.
Compreensão	(EF07LI09) Selecionar, em um texto, a informação desejada como objetivo de leitura.
	(EF07LI10) Escolher, em ambientes virtuais, textos em língua estrangeira, de fontes confiáveis, para estudos/pesquisas escolares.
Construção de repertório lexical	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Países com língua inglesa	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua estrangeiras (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF06LI02) Coletar informações do grupo, perguntando e respondendo sobre a família, os amigos, a escola e a comunidade.
Produção de textos orais	(EF06LI05) Aplicar os conhecimentos da língua estrangeira para falar de si e de outras pessoas, explicitando informações pessoais e características relacionadas a gostos, preferências e rotinas.
	(EF07LI03) Mobilizar conhecimentos prévios para compreender texto oral.
Produção de textos escritos	(EF06LI15) Produzir textos escritos em língua estrangeira (histórias em quadrinhos, cartazes, chats, blogues, agendas, fotolegendas, entre outros), sobre si mesmo, sua família, seus amigos, gostos, preferências e rotinas, sua comunidade e seu contexto escolar.
Compreensão	(EF07LI09) Selecionar, em um texto, a informação desejada como objetivo de leitura.
	(EF07LI10) Escolher, em ambientes virtuais, textos em língua estrangeira, de fontes confiáveis, para estudos/pesquisas escolares.
Construção de repertório lexical	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Países com língua inglesa	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua estrangeiras (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF07LI21RS-1) Analisar, através de uma perspectiva crítica, o alcance da língua inglesa e os seus contextos de uso no mundo globalizado.
	(EF07LI03) Mobilizar conhecimentos prévios para compreender texto oral.
Construção de repertório lexical	(EF06LI25) Identificar a presença da língua inglesa na sociedade brasileira/comunidade (palavras, expressões, suportes e esferas de circulação e consumo) e seu significado.
Países com língua inglesa	(EF08LI18) Construir repertório cultural por meio do contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua estrangeiras (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros), valorizando a diversidade entre culturas.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Convívio social	(EF09LI01) Fazer uso da língua inglesa para expor pontos de vista, argumentos e contra-argumentos, considerando o contexto e os recursos linguísticos voltados para a eficácia da comunicação.
Produção de textos orais	(EF09LI04) Expor resultados de pesquisa ou estudo com o apoio de recursos, tais como notas, gráficos, tabelas, entre outros, adequando as estratégias de construção do texto oral aos objetivos de comunicação e ao contexto.
Produção de textos escritos	(EF09LI12) Produzir textos (infográficos, fóruns de discussão on-line, fotorreportagens, campanhas publicitárias, memes, entre outros) sobre temas de interesse coletivo local ou global, que revelem posicionamento crítico.
Compreensão	(EF09LI02) Compilar as ideias-chave de textos por meio de tomada de notas.
Construção de repertório lexical	(EF09LI13) Reconhecer, nos novos gêneros digitais (blogues, mensagens instantâneas, tweets, entre outros), novas formas de escrita (abreviação de palavras, palavras com combinação de letras e números, pictogramas, símbolos gráficos, entre outros) na constituição das mensagens.
Países com língua inglesa	(EF09LI17) Debater sobre a expansão da língua inglesa pelo mundo, em função do processo de colonização nas Américas, África, Ásia e Oceania.
	(EF09LI19) Discutir a comunicação intercultural por meio da língua inglesa como mecanismo de valorização pessoal e de construção de identidades no mundo globalizado.

ARTES

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Elementos da Linguagem	(EF15AR02) Explorar e reconhecer elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, cor, espaço, movimento etc.).
	(EF15AR10) Experimentar diferentes ritmos de movimento na construção do movimento dançado.
Processos de criação	(EF15AR11) Criar e improvisar movimentos dançados de modo individual, coletivo e colaborativo.
	(EF15AR20) Experimentar o trabalho colaborativo, coletivo e autoral em improvisações teatrais e processos narrativos criativos em teatro.
	(EF15AR06) Dialogar sobre a sua criação e as dos colegas, para alcançar sentidos plurais.
Matrizes estéticas e culturais	(EF15AR03) Reconhecer e analisar a influência de distintas matrizes estéticas e culturais das artes visuais nas manifestações das culturas locais, artísticas regionais e nacionais.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Elementos da Linguagem	(EF15AR13) Exercitar a escuta para identificar, explorar e apreciar criticamente diversas formas e gêneros de expressão musical
	(EF15AR09) Estabelecer relações entre as partes do corpo e destas com o todo corporal na construção do movimento dançado.
	(EF15AR14) Perceber e explorar os elementos constitutivos da música.
Materialidades	(EF15AR15) Explorar fontes sonoras diversas, reconhecendo os elementos constitutivos da música e as características de instrumentos musicais variados.
Processos de criação	(EF15AR05) Experimentar a criação em artes visuais de modo individual, coletivo e colaborativo.
	(EF15AR12) Discutir, com respeito e sem preconceito, as experiências pessoais e coletivas vivenciadas em dança.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Contextos e práticas	(EF15AR01) Identificar, explorar e apreciar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas.
	(EF15AR08) Experimentar e apreciar formas distintas de manifestações da dança.
	(EF15AR18) Reconhecer e apreciar formas distintas de manifestações do teatro.
Elementos de Linguagem	(EF15AR19) Descobrir teatralidades na vida cotidiana, identificando os elementos teatrais (variadas entonações de voz, diferentes fisicalidades, diversidade de personagens e narrativas etc.).
Materialidades	(EF15AR04) Experimentar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, quadrinhos, dobradura, escultura, modelagem, instalação, vídeo, fotografia etc.), fazendo uso sustentável de materiais, instrumentos, recursos e técnicas convencionais e não convencionais.
Processos de Criação	(EF15AR17) Experimentar improvisações e composições, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos musicais, de modo individual, coletivo e colaborativo

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Contextos e práticas	(EF69AR01) Pesquisar, apreciar e analisar formas distintas das artes visuais tradicionais e contemporâneas, em obras de artistas brasileiros e estrangeiros.
Elementos da linguagem	(EF69AR10) Conhecer, explorar e experimentar elementos constitutivos da música.
	(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas musicais, reconhecendo timbres e características de instrumentos.
	(EF69AR26) Explorar diferentes elementos envolvidos na composição dos acontecimentos cênicos.
	(EAJAAR0109) Conhecer e explorar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, HQ, dobradura, gravura, escultura).
	(EF69AR21) Explorar e analisar fontes e materiais sonoros em práticas musicais, reconhecendo timbres e características de instrumentos.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Contextos e práticas	(EF09AR09)Pesquisar e analisar diferentes formas de expressão, representação e encenação da dança.
	(EF09AR19) Escutar, apreciar e contextualizar diferentes estilos musicais.
Elementos da linguagem	(EF15AR02)Identificar e reconhecer os elementos constitutivos das artes visuais em diferentes produções artísticas.
	(EF69AR10) Explorar elementos constitutivos do movimento dançado.
Materialidades	(EAJAAR0109) Conhecer e explorar diferentes formas de expressão artística (desenho, pintura, colagem, HQ, dobradura, gravura, escultura).
Processos de criação	(EF69AR06) Desenvolver processos de criação em artes visuais, de modo individual, coletivo e colaborativo.
Processos de criação	Experimentar várias linguagens artísticas como: desenho, através de releituras e leituras de imagem, pintura e escultura investigando a reciclagem na diversidade da materialidade. E representação de movimentos corporais através da performance e construção de coreografia.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Contextos e práticas	(EF69AR08) Diferenciar as categorias de artistas, artesão, produtor cultural, curador, designer, entre outras, estabelecendo relações entre os profissionais do sistema de artes visuais.
	(EF09AR18) Reconhecer e apreciar o papel de músicos e grupos de música brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de formas e gêneros musicais.
Elementos da linguagem	(EF69AR04) Analisar os elementos constitutivos das artes visuais (ponto, linha, forma, direção, cor, tom, escala, dimensão, espaço, movimento, etc.) na apreciação de diferentes produções artísticas.
Processos de criação	(EF69AR23) Explorar, criar e recriar improvisações, composições, arranjos, jingles, trilhas sonoras, entre outros, utilizando vozes, sons corporais e/ou instrumentos acústicos ou eletrônicos, expressando ideias musicais de maneira individual, coletiva e colaborativa.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Contextos e práticas	(EF69AR03) Analisar situações nas quais as linguagens das artes visuais se integram às linguagens audiovisuais e gráficas.
	(EF69AR24P9) Reconhecer e apreciar artistas e grupos de teatro brasileiros e estrangeiros de diferentes épocas.
	(EF69AR25) Identificar, analisar, apreciar e contextualizar diferentes estilos cênicos.
Processos de criação	(EF08AR12) Investigar e experimentar procedimentos de improvisação e criação do movimento dançado como fonte para a construção de repertórios próprios.
	(EF06AR14) Analisar e experimentar diferentes elementos e espaços para composição cênica e apresentação coreográfica.

CIÊNCIAS DA NATUREZA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Características dos materiais	(EF01CI01) Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.
Corpo humano	(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.
Respeito à diversidade	(EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.
Propriedades e usos dos materiais	(EF02CI01) Identificar de que materiais (metais, madeira, vidro etc.) são feitos os objetos que fazem parte da vida cotidiana, como esses objetos são utilizados e com quais materiais eram produzidos no passado.
Escalas de tempo	(EF01CI05) Identificar e nomear diferentes escalas de tempo: os períodos diários (manhã, tarde, noite) e a sucessão de dias, semanas, meses e anos.
Respeito à diversidade	(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Plantas	(EF02CI05) Investigar a importância da água e da luz para a manutenção da vida de plantas em geral.
	(EF02CI06) Identificar as principais partes de uma planta (raiz, caule, folhas, flores e frutos) e a função desempenhada por cada uma delas, e analisar as relações entre as plantas, o ambiente e os demais seres vivos.
Características e desenvolvimento dos animais	(EF03CI04) Identificar características sobre o modo de vida (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam etc.) dos animais mais comuns no ambiente próximo.
	(EF03CI05) Descrever e comunicar as alterações que ocorrem desde o nascimento em animais de diferentes meios terrestres ou aquáticos, inclusive o homem.
Microrganismos	(EF04CI08) Propor, a partir do conhecimento das formas de transmissão de alguns microrganismos (vírus, bactérias e protozoários), atitudes e medidas adequadas para prevenção de doenças a eles associadas.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>Nutrição do organismo Hábitos alimentares Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório</p>	(EF05CI06) Selecionar argumentos que justifiquem por que os sistemas digestório e respiratório são considerados corresponsáveis pelo processo de nutrição do organismo, com base na identificação das funções desses sistemas.
	(EF05CI07) Justificar a relação entre o funcionamento do sistema circulatório, a distribuição dos nutrientes pelo organismo e a eliminação dos resíduos produzidos.
<p>Pontos cardeais Calendários, fenômenos cíclicos e cultura</p>	(EF04CI09) Identificar os pontos cardeais, com base no registro de diferentes posições relativas do Sol e da sombra de uma vara (gnômon).
<p>Consumo Consciente</p>	(EF05CI04) Identificar os principais usos da água e de outros materiais nas atividades cotidianas para discutir e propor forms sustentáveis de utilização desses recursos.
	(EF05CI05) Construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.
<p>Características da Terra Observação do céu</p>	(EF03CI07) Identificar características da Terra (como seu formato esférico, a presença de água, solo etc.), com base na observação, manipulação e comparação de diferentes formas de representação do planeta (mapas, globos, fotografias etc.).
	(EF03CI08) Observar, identificar e registrar os períodos diários (dia e/ou noite) em que o Sol, demais estrelas, Lua e planetas estão visíveis no céu.
<p>Usos do solo</p>	(EF03CI09) Comparar diferentes amostras de solo do entorno da escola com base em características como cor, textura, cheiro, tamanho das partículas, permeabilidade etc.
	(EF03CI10) Identificar os diferentes usos do solo (plantação e extração de materiais, dentre outras possibilidades), reconhecendo a importância do solo para a agricultura e para a vida.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Forma, estrutura e movimentos da Terra Periodicidade das fases da Lua	(EF05CI11) Associar o movimento diário do Sol e das demais estrelas no céu ao movimento de rotação da Terra.
	(EF05CI12) Concluir sobre a periodicidade das fases da Lua, com base na observação e no registro das formas aparentes da Lua no céu ao longo de, pelo menos, dois meses.
	(EF06CI11) Identificar as diferentes camadas que estruturam o planeta Terra (da estrutura interna à atmosfera) e suas principais características.
	(EF06CI13) Selecionar argumentos e evidências que demonstrem a esfericidade da Terra.
Misturas homogêneas e heterogêneas Separação de materiais	(EF06CI01) Classificar como homogênea ou heterogênea a mistura de dois ou mais materiais (água e sal, água e óleo, água e areia etc.).

7ºANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Célula como unidade da vida	(EF06CI05) Explicar a organização básica das células e seu papel como unidade estrutural e funcional dos seres vivos.
	(EF06CI06) Concluir, com base na análise de ilustrações e/ou modelos (físicos ou digitais), que os organismos são um complexo arranjo de sistemas com diferentes níveis de organização.
Vida e evolução: Diversidade de ecossistemas Fenômenos naturais e impactos ambientais Programas e indicadores de saúde pública	(EF07CI07) Caracterizar os principais ecossistemas brasileiros quanto à paisagem, à quantidade de água, ao tipo de solo, à disponibilidade de luz solar, à temperatura etc., correlacionando essas características à flora e fauna específicas.
Fontes e tipos de energia	(EF07CI01) Discutir a aplicação, ao longo da história, das máquinas simples e propor soluções e invenções para a realização de tarefas mecânicas cotidianas.
	(EF07CI02) Diferenciar temperatura, calor e sensação térmica nas diferentes situações de equilíbrio termodinâmico cotidianas.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Corpo Humano	(EF05CI06) Selecionar argumentos que justifiquem por que os sistemas digestório e respiratório são considerados corresponsáveis pelo processo de nutrição do organismo, com base na identificação das funções desses sistemas.
	(EF05CI07) Justificar a relação entre o funcionamento do sistema circulatório, a distribuição dos nutrientes pelo organismo e a eliminação dos resíduos produzidos.
Fontes e tipos de energia	(EF07CI05) Discutir o uso de diferentes tipos de combustível e máquinas térmicas ao longo do tempo, para avaliar avanços, questões econômicas e problemas socioambientais causados pela produção e uso desses materiais e máquinas.
	(EF08CI01) Identificar e classificar diferentes fontes (renováveis e não renováveis) e tipos de energia utilizados em residências, comunidades ou cidades.
Vida e evolução: Diversidade de ecossistemas Fenômenos naturais e impactos ambientais Programas e indicadores de saúde pública	(EF07CI09) Interpretar as condições de saúde da comunidade, cidade ou estado, com base na análise e comparação de indicadores de saúde (como taxa de mortalidade infantil, cobertura de saneamento básico e incidência de doenças de veiculação hídrica, atmosférica entre outras) e dos resultados de políticas públicas destinadas à saúde.
	(EF07CI10) Argumentar sobre a importância da vacinação para a saúde pública, com base em informações sobre a maneira como a vacina atua no organismo e o papel histórico da vacinação para a manutenção da saúde individual e coletiva e para a erradicação de doenças.
Mecanismos reprodutivos Sexualidade	(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.
	(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.
	(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).
	(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>Fontes e tipos de energia Transformação de energia Cálculo de consumo de energia elétrica Circuitos elétricos Uso consciente de energia elétrica</p>	<p>(EF08CI03) Classificar equipamentos elétricos residenciais (chuveiro, ferro, lâmpadas, TV, rádio, geladeira etc.) de acordo com o tipo de transformação de energia (da energia elétrica para a térmica, luminosa, sonora e mecânica, por exemplo).</p>
<p>Vida e evolução: Diversidade de ecossistemas Fenômenos naturais e impactos ambientais Programas e indicadores de saúde pública</p>	<p>(EF07CI08) Avaliar como os impactos provocados por catástrofes naturais ou mudanças nos componentes físicos, biológicos ou sociais de um ecossistema afetam suas populações, podendo ameaçar ou provocar a extinção de espécies, alteração de hábitos, migração etc.</p>
<p>Aspectos quantitativos das transformações químicas Estrutura da matéria Radiações e suas aplicações na saúde</p>	<p>(EF09CI01) Investigar as mudanças de estado físico da matéria e explicar essas transformações com base no modelo de constituição submicroscópica.</p>
<p>Composição do ar Efeito estufa Camada de ozônio</p>	<p>(EF07CI13) Descrever o mecanismo natural do efeito estufa, seu papel fundamental para o desenvolvimento da vida na Terra, discutir as ações humanas responsáveis pelo seu aumento artificial (queima dos combustíveis fósseis, desmatamento, queimadas etc.) e selecionar e implementar propostas para a reversão ou controle desse quadro.</p>
	<p>(EF07CI14) Justificar a importância da camada de ozônio para a vida na Terra, identificando os fatores que aumentam ou diminuem sua presença na atmosfera, e discutir propostas individuais e coletivas para sua preservação.</p>
<p>Estrutura da matéria</p>	<p>(EF09CI013) Conhecer os elementos químicos em geral compreender que, em diferentes combinações formam todas as substâncias da natureza; estudar os principais elementos e substâncias que formam o ambiente e os seres vivos.</p>

MATEMÁTICA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais + Reta numérica	(EF01MA04) Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros.
	(EF01MA05) Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica.
Leitura, escrita, comparação e ordenação de números de até três ordens pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e papel do zero)	(EF02MA01) Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero).
Composição e decomposição de números naturais	(EF01MA07) Compor e decompor número de até duas ordens, por meio de diferentes adições, com o suporte de material manipulável, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo.
Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado	(EF01MA11) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás.
Figuras geométricas planas: reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas espaciais	(EF01MA14) Identificar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em contornos de faces de sólidos geométricos.
Medidas de comprimento, massa e capacidade: comparações e unidades de medida não convencionais	(EF01MA15) Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros, para ordenar objetos de uso cotidiano.
Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário	(EF01MA17) Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário.
Leitura de tabelas e de gráficos de colunas simples	(EF01MA21) Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples.
Construção de fatos fundamentais da adição e da subtração	(EF02MA05) Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito.
Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando

	estratégias e formas de registro pessoais.
Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar)	(EF03MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental.
Procedimentos de cálculo (mental e escrito) com números naturais: adição e subtração	(EF03MA05) Utilizar diferentes procedimentos de cálculo mental e escrito para resolver problemas significativos envolvendo adição e subtração com números naturais.
Figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera): reconhecimento e características	(EF02MA14) Reconhecer, nomear e comparar figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera), relacionando-as com objetos do mundo físico.
Figuras geométricas planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo): reconhecimento e características	(EF02MA15) Reconhecer, comparar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo), por meio de características comuns, em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em sólidos geométricos.
Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores	(EF02MA20) Estabelecer a equivalência de valores entre moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações cotidianas.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais + Reta numérica	(EF03MA01) Ler, escrever e comparar números naturais de até a ordem de unidade de milhar, estabelecendo relações entre os registros numéricos e em língua materna.
Composição e decomposição de números naturais	(EF02MA04) Compor e decompor números naturais de até três ordens, com suporte de material manipulável, por meio de diferentes adições.
Construção de sequências repetitivas e de sequências recursivas	(EF02MA09) Construir sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida.
Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado	(EF01MA12) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço segundo um dado ponto de referência, compreendendo que, para a utilização de termos que se referem à posição, como direita, esquerda, em cima, em baixo, é necessário explicitar-se o referencial.
Medida de comprimento: unidades não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro)	(EF02MA16) Estimar, medir e comparar comprimentos de lados de salas (incluindo contorno) e de polígonos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas (metro, centímetro e milímetro) e instrumentos adequados.
Medidas de tempo: intervalo de tempo, uso do calendário, leitura de horas em relógios digitais e ordenação de datas	(EF02MA18) Indicar a duração de intervalos de tempo entre duas datas, como dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, para planejamentos e organização de agenda.
Medidas de tempo: leitura de horas em relógios digitais e analógicos, duração de eventos e reconhecimento de relações entre unidades de medida de tempo	(EF03MA22) Ler e registrar medidas e intervalos de tempo, utilizando relógios (analógico e digital) para informar os horários de início e término de realização de uma atividade e sua duração
Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar)	(EF02MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.
Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas e equivalência de valores	(EF03MA24) Resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Sistema de numeração decimal: leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais de até cinco ordens	(EF04MA01) Ler, escrever e ordenar números naturais até a ordem de dezenas de milhar.
Composição e decomposição de números naturais	(EF03MA02) Identificar características do sistema de numeração decimal, utilizando a composição e a decomposição de número natural de até quatro ordens.
Identificação e descrição de regularidades em sequências numéricas recursivas	(EF03MA10) Identificar regularidades em sequências ordenadas de números naturais, resultantes da realização de adições ou subtrações sucessivas, por um mesmo número, descrever uma regra de formação da sequência e determinar elementos faltantes ou seguintes.
Medidas de comprimento (unidades não convencionais e convencionais): registro, instrumentos de medida, estimativas e comparações	(EF03MA19) Estimar, medir e comparar comprimentos, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas mais usuais (metro, centímetro e milímetro) e diversos instrumentos de medida.
Medidas de tempo: leitura de horas em relógios digitais e analógicos, duração de eventos e reconhecimento de relações entre unidades de medida de tempo	(EF03MA23) Ler horas em relógios digitais e em relógios analógicos e reconhecer a relação entre hora e minutos e entre minuto e segundos.
	EF04MA22 Ler e registrar medidas e intervalos de tempo em horas, minutos e segundos em situações relacionadas ao seu cotidiano, como informar os horários de início e término de realização de uma tarefa e sua duração.
Medidas de capacidade e de massa (unidades não convencionais e convencionais): registro, estimativas e comparações	(EF03MA20) Estimar e medir capacidade e massa, utilizando unidades de medida não padronizadas e padronizadas mais usuais (litro, mililitro, quilograma, grama e miligrama), reconhecendo-as em leitura de rótulos e embalagens, entre outros.
Problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão: adição de parcelas iguais, configuração retangular, repartição em partes iguais e medida	(EF04MA07) Resolver e elaborar problemas de divisão cujo divisor tenha no máximo dois algarismos, envolvendo os significados de repartição equitativa e de medida, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.
Problemas: multiplicação e divisão de números racionais cuja representação decimal é finita por números naturais	(EF05MA08) Resolver e elaborar problemas de multiplicação e divisão com números naturais e com números racionais cuja representação decimal é finita (com multiplicador natural e divisor natural e diferente de zero), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.
Números racionais: frações unitárias mais usuais ($1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$ e $1/100$)	(EF04MA09) Reconhecer as frações unitárias mais usuais ($1/2$, $1/3$, $1/4$, $1/5$, $1/10$ e $1/100$) como unidades de medida menores do que uma unidade, utilizando a reta numérica como recurso.

Propriedades da igualdade	(EF04MA15) Determinar o número desconhecido que torna verdadeira uma igualdade que envolve as operações fundamentais com números naturais.
---------------------------	--

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar)	(EF02MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais ou convencionais.
	(EF03MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental.
Problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão: adição de parcelas iguais, configuração retangular, repartição em partes iguais e medida	(EF03MA07) Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5 e 10) com os significados de adição de parcelas iguais e elementos apresentados em disposição retangular, utilizando diferentes estratégias de cálculo e registros.
	(EF04MA07) Resolver e elaborar problemas de divisão cujo divisor tenha no máximo dois algarismos, envolvendo os significados de repartição equitativa e de medida, utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.
Ângulos retos e não retos	(EF04MA18) Reconhecer ângulos retos e não retos em figuras poligonais com o uso de dobraduras, esquadros ou softwares de geometria.
Comparação e ordenação de números racionais na representação decimal e na fracionária utilizando a noção de equivalência	(EF05MA04) Identificar frações equivalentes.
	(EF05MA05) Comparar e ordenar números racionais positivos (representações fracionária e decimal), relacionando-os a pontos na reta numérica.
Sistema de numeração decimal	(EF06MA01) Comparar, ordenar, ler e escrever números naturais e números racionais cuja representação decimal é finita, fazendo uso da reta numérica.
Problemas com números naturais	(EF06MA03) Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculos (mentais ou escritos, exatos ou aproximados) com números naturais, por meio de estratégias variadas, com compreensão dos processos neles envolvidos com e sem uso de calculadora.
Números Racionais	(EF05MA03) Identificar e representar frações (menores e maiores que a unidade), associando-as ao resultado de uma divisão ou à ideia de parte de um todo, utilizando a reta numérica como recurso.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Números primos e compostos Múltiplos e divisores	(EF06MA05) Classificar números naturais em primos e compostos, estabelecer relações entre números, expressas pelos termos “é múltiplo de”, “é divisor de”, “é fator de”, e estabelecer, por meio de investigações, critérios de divisibilidade por 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 100 e 1000.
Potenciação e radiciação	(EF06MA11) Resolver e elaborar problemas com números racionais positivos na representação decimal, envolvendo as quatro operações fundamentais e a potenciação, por meio de estratégias diversas, utilizando estimativas e arredondamentos para verificar a razoabilidade de respostas, com e sem uso de calculadora.
	(EF06MA12) Fazer estimativas de quantidades e aproximar números para múltiplos da potência de 10 mais próxima.
Números Inteiros	EF07MA04 Resolver e elaborar problemas que envolvam operações com números inteiros.
Pesquisa, sistematização dos dados, construção de tabelas e gráficos e interpretação das informações	(EF06MA33) Planejar e coletar dados de pesquisa referente a práticas sociais escolhidas pelos alunos e fazer uso de planilhas eletrônicas para registro, representação e interpretação das informações, em tabelas, vários tipos de gráficos e texto.
	(EF06MA34) Interpretar e desenvolver fluxogramas simples, identificando as relações entre os objetos representados (por exemplo, posição de cidades considerando as estradas que as unem, hierarquia dos funcionários de uma empresa etc.).
	(EF07MA3) Interpretar e analisar dados apresentados em gráfico de setores divulgados pela mídia e compreender quando é possível ou conveniente sua utilização.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM (para habilidades prioritárias)
Grandezas e Medidas	(EF07MA31) Estabelecer expressões de cálculo de área de triângulos e de quadriláteros.
Linguagem algébrica: incógnita	(EF07MA15) Utilizar a simbologia algébrica para expressar regularidades encontradas em sequências numéricas.
	EF07MA16) Reconhecer se duas expressões algébricas obtidas para descrever a regularidade de uma mesma sequência numérica são ou não equivalentes.
Equivalência de expressões algébricas: identificação da regularidade de uma sequência numérica	(EF07MA15) Utilizar a simbologia algébrica para expressar regularidades encontradas em sequências numéricas.
Valor numérico de expressões algébricas	(EF08MA06) Resolver e elaborar problemas que envolvam cálculo do valor numérico de expressões algébricas, utilizando as propriedades das operações.
Equações polinomiais do 1º grau	(EF07MA18) Resolver e elaborar problemas que possam ser representados por equações polinomiais de 1º grau, redutíveis à forma $ax + b = c$, fazendo uso das propriedades da igualdade.
Cálculo de porcentagens e de acréscimos e decréscimos simples	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.
	(EF08MA04) Resolver e elaborar problemas, envolvendo cálculo de porcentagens, incluindo o uso de tecnologias digitais.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Operações com números decimais	(EF07MA12) Resolver e elaborar problemas que envolvam as operações com números racionais.
Potenciação e radiciação	(EF08MA02) Resolver e elaborar problemas usando a relação entre potenciação e radiciação, para representar uma raiz como potência de expoente fracionário.
Dízimas periódicas: fração geratriz.	(EF08MA05) Reconhecer e utilizar procedimentos para a obtenção de uma fração geratriz para uma dízima periódica.
Área de figuras planas	(EF08MA14) Demonstrar propriedades de quadriláteros por meio da identificação da congruência de triângulos.
	(EF08MA19) Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos), em situações como determinar medida de terrenos.
Área do círculo e comprimento de sua circunferência	(EF08MA19) Resolver e elaborar problemas que envolvam medidas de área de figuras geométricas, utilizando expressões de cálculo de área (quadriláteros, triângulos e círculos)
Média aritmética simples	(EF08MA25) Obter os valores de medidas de tendência central de uma pesquisa estatística (média aritmética simples e ponderada) com a compreensão de seus significados
Contagem de possibilidades	(EF08MA03) Resolver e elaborar problemas de contagem cuja resolução envolva a aplicação do princípio multiplicativo.
Notação Científica	(EF09MA04) Resolver e elaborar problemas com números reais, inclusive em notação científica, envolvendo diferentes operações.

ENSINO RELIGIOSO

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Imanência e transcendência	(EF01ER03) Reconhecer e respeitar as características físicas e subjetivas de cada um.
	(EF01ER04) Valorizar a diversidade de formas de vida.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Sentimentos, memórias e saberes	(EF01ER06) Identificar as diferentes formas pelas quais as pessoas manifestam sentimentos, ideias, memórias, gostos e crenças em diferentes espaços.
Ritos religiosos	(EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Práticas celebrativas	(EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes tradições religiosas.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
O eu, o outro e o nós	(EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nosso.
Ensinos da tradição escrita	(EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.
Símbolos, ritos e mitos religiosos	(EF06ER06) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.
	(EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes tradições religiosas.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Liderança e direitos humanos	(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos.
	(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.
Princípios éticos e valores religiosos	(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais..

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Crenças, convicções e atitudes	(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.
	(EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.
Crenças, filosofias de vida e esfera pública	(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).
	(EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública.
	(EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Princípios éticos e valores religiosos	(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana.
	(EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida.
	(EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.

GEOGRAFIA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
O modo de vida das crianças em diferentes lugares	(EF01GE01) Descrever características observadas de seus lugares de vivência (moradia, escola etc.) e identificar semelhanças e diferenças entre esses lugares.
Localização, orientação e representação espacial	(EF02GE08) Identificar e elaborar diferentes formas de representação (desenhos, mapas mentais, maquetes) para representar componentes da paisagem dos lugares de vivência.

4ºANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Pontos de referência	(EF01GE08) Criar mapas mentais e desenhos com base em itinerários, contos literários, histórias inventadas e brincadeiras.
	(EF01GE09) Elaborar e utilizar mapas simples para localizar elementos do local de vivência, considerando referenciais espaciais (frente e atrás, esquerda e direita, em cima e embaixo, dentro e fora) e tendo o corpo como referência.
Impactos das atividades humanas	(EF03GE09) Investigar os usos dos recursos naturais, com destaque para os usos da água em atividades cotidianas (alimentação, higiene, cultivo de plantas etc.), e discutir os problemas ambientais provocados por esses usos.
Trabalho no campo e na cidade	(EF04GE07) Comparar as características do trabalho no campo e na cidade.
Sistema de orientação	(EF04GE09) Utilizar as direções cardeais na localização de componentes físicos e humanos nas paisagens rurais e urbanas.

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Unidades político-administrativas do Brasil	(EF04GE05) Distinguir unidades político-administrativas oficiais nacionais (Distrito, Município, Unidade da Federação e grande região), suas fronteiras e sua hierarquia, localizando seus lugares de vivência.
Trabalho e inovação tecnológica	(EF05GE06) Identificar e comparar transformações dos meios de transporte e de comunicação.
Mapas e imagens de satélite	(EF05GE08) Analisar transformações de paisagens nas cidades, comparando sequência de fotografias, fotografias aéreas e imagens de satélite de épocas diferentes.
Diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais	(EF05GE02) Identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Identidade sociocultural	(EF06GE01/EF06GE02) Comparar e analisar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos, com destaque para os povos originários.
Relações entre os componentes físico-naturais + Biodiversidade e ciclo hidrológico	(EF06GE03/EF06GE05) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.
	(EF06GE04/EF06GE10) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, e Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição)
	(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.
Fenômenos naturais e sociais representados de diferentes maneiras	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.
	(EFGE08RS-04) Conhecer e utilizar recursos, técnicas e elementos fundamentais da linguagem cartográfica (título, legenda, escala, projeções cartográficas, coordenadas geográficas, etc) para compreender aspectos da organização do espaço.
Transformação das paisagens naturais e antrópicas + Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.
	(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.
Atividades humanas e dinâmica climática	(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Diversidade e dinâmica da população mundial e local + A hegemonia europeia na economia, na política e na cultura + As manifestações culturais na formação populacional	(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial.
	(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.
Mapas temáticos do Brasil	(EF07GE09/EF07GE10) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas, econômicas e socioeconômicos do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.
Biodiversidade brasileira	(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrados, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial + Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização + A divisão do mundo em Ocidente e Oriente</p>	<p>(EF08GE05) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões na contemporaneidade, com destaque para as situações geopolíticas na América e na África e suas múltiplas regionalizações a partir do pós-guerra.</p>
	<p>(EF08GE08) Analisar a situação do Brasil e de outros países da América Latina e da África, assim como da potência estadunidense na ordem mundial do pós-guerra.</p>
	<p>(EF08GE09) Analisar os padrões econômicos mundiais de produção, distribuição e intercâmbio dos produtos agrícolas e industrializados, tendo como referência os Estados Unidos da América e os países denominados de Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).</p>
	<p>(EF08GE10) Distinguir e analisar conflitos e ações dos movimentos sociais brasileiros, no campo e na cidade, comparando com outros movimentos sociais existentes nos países latino-americanos.</p>
<p>Produção, circulação e consumo de mercadorias + Desigualdade social e o trabalho + Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas</p>	<p>(EF07GE05) Analisar fatos e situações representativas das alterações ocorridas entre o período mercantilista e o advento do capitalismo.</p>
	<p>(EF07GE06) Discutir em que medida a produção, a circulação e o consumo de mercadorias provocam impactos ambientais, assim como influem na distribuição de riquezas, em diferentes lugares.</p>
	<p>(EF07GE07) Analisar a influência e o papel das redes de transporte e comunicação na configuração do território brasileiro.</p>
	<p>(EF07GE08) Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.</p>
<p>Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África</p>	<p>(EF08GE18/EF08GE19) Elaborar e/ou interpretar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos, assim como informações geográficas da África e América.</p>
<p>Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África</p>	<p>(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.</p>

<p>Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina</p>	<p>(EF08GE15) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.</p>
	<p>(EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho.</p>
	<p>(EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos.</p>

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial + Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização + A divisão do mundo em Ocidente e Oriente</p>	<p>(EF08GE12) Compreender os objetivos e analisar a importância dos organismos de integração do território americano (Mercosul, OEA, OEI, Nafta, Unasul, Alba, Comunidade Andina, Aladi, entre outros).</p>
	<p>(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.</p>
	<p>(EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente com o Sistema Colonial implantado pelas potências europeias.</p>
	<p>(EF09GE11) Relacionar as mudanças técnicas e científicas decorrentes do processo de industrialização com as transformações no trabalho em diferentes regiões do mundo e suas consequências no Brasil.</p>
	<p>(EF09GE12) Relacionar o processo de urbanização às transformações da produção agropecuária, à expansão do desemprego estrutural e ao papel crescente do capital financeiro em diferentes países, com destaque para o Brasil.</p>
	<p>(EF09GE13) Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima.</p>
<p>Os diferentes contextos e os meios técnico e tecnológico na produção</p>	<p>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.</p>
	<p>(EF08GE14) Analisar os processos de desconcentração, descentralização e recentralização das atividades econômicas a partir do capital estadunidense e chinês em diferentes regiões no mundo, com destaque para o Brasil.</p>

HISTÓRIA

3º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
As diferentes formas de organização da família e da comunidade: os vínculos pessoais e as relações de amizade	(EF01HI02) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade.
A escola e a diversidade do grupo social envolvido	(EF01HI04) Identificar as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.
A noção do “Eu” e do “Outro”: registros de experiências pessoais e da comunidade no tempo e no espaço	(EF02HI04) Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias nos âmbitos pessoal, familiar, escolar e comunitário.
A cidade, seus espaços públicos e privados e suas áreas de conservação ambiental	(EF03HI10) Identificar as diferenças entre o espaço doméstico, os espaços públicos e as áreas de conservação ambiental, compreendendo a importância dessa distinção.

4º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
O tempo como medida	(EF02HI06) Identificar e organizar, temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois).

5º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
A ação das pessoas, grupos sociais e comunidades no tempo e no espaço: nomadismo, agricultura, escrita, navegações, indústria, entre outras	(EF04HI01) Reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.
Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas	(EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

6º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias	(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).
As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização	(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.
	(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.
Povos da Antiguidade na África (egípcios), no Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) Os povos indígenas originários do atual território brasileiro e seus hábitos culturais e sociais	(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.
	(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.
A Grécia Antiga	(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais.

7º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
<p>A construção da ideia de modernidade e seus impactos na concepção de História</p> <p>A ideia de “Novo Mundo” ante o Mundo Antigo: permanências e rupturas de saberes e práticas na emergência do mundo moderno</p>	(EF07HI01) Explicar o significado de “modernidade” e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.
	(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.
<p>A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação</p>	(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.
	(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.
<p>A emergência do capitalismo</p>	(EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo.
<p>As descobertas científicas e Expansão Marítima</p>	(EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI.

8º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Revolução Industrial e seus impactos na produção e circulação de povos, produtos e culturas	(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.
Revolução Francesa e seus desdobramentos	(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.
Rebeliões na América portuguesa: as conjurações mineira e baiana	(EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas.
Brasil: Primeiro Reinado O Período Regencial e as contestações ao poder central O Brasil do Segundo Reinado: política e economia <ul style="list-style-type: none"> • A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado • Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai 	(EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.
	(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.
	(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.
	(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.
O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial	(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.
	(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.
Políticas de extermínio do indígena durante o Império	(EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

9º ANO

OBJETOS DE CONHECIMENTO	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM
Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos	(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.
O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial	(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.
A Revolução Russa	(EF09HI11) Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico.
Revolução Industrial	(EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global.
A emergência do fascismo e do nazismo	(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).
A Segunda Guerra Mundial	(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização.
O colonialismo na África	(EF09HI14) Caracterizar e discutir as dinâmicas do colonialismo no continente africano e asiático e as lógicas de resistência das populações locais diante das questões internacionais.